



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

MARIA
MADALENA
TELESCA
24/08/2026 10:40

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO CORRECIONAL ORDINÁRIA

4ª VARA DO TRABALHO DE TAQUARA

05 DE AGOSTO DE 2026

Maria Madalena Telesca

Desembargadora Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

- 1 INFORMAÇÕES GERAIS
- 2 CIRCUNSCRIÇÃO E REGIME DE LOTAÇÃO
- 3 ESTRUTURA FUNCIONAL
 - 3.1 JUÍZES
 - 3.2 SERVIDORES
 - 3.3 ESTAGIÁRIOS
- 4 ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIOS – ARTIGO 32 DA CPC/GT
- 5 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL
 - 5.1 FASE DE CONHECIMENTO
 - 5.2 FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
- 6 AUDIÊNCIAS
 - 6.1 EVOLUÇÃO DE AUDIÊNCIAS REALIZADAS
 - 6.2 EVOLUÇÃO DE AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO REALIZADAS
 - 6.3 AUDIÊNCIAS REALIZADAS POR TIPO E MAGISTRADO NOS ÚLTIMOS 12 MESES
 - 6.4 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA
 - 6.5 PAUTAS MARCADAS E LIVRES
 - 6.6 ADIAMENTO DE PAUTA
- 7 SENTENÇAS
 - 7.1 EVOLUÇÃO ANUAL DE SENTENÇAS PROLATADAS E ACORDOS HOMOLOGADOS NA FASE DE CONHECIMENTO
 - 7.2 PRODUÇÃO DOS JUÍZES NA FASE DE CONHECIMENTO NOS ÚLTIMOS 12 MESES
 - 7.3 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA/DECISÕES COM PRAZO LEGAL EXCEDIDO
- 8 ACERVO
- 9 PRAZO / IDADE MÉDIA
 - 9.1 PRAZO / IDADE MÉDIA NA INSTRUÇÃO PROCESSUAL
 - 9.2 PRAZO MÉDIO DA CONCLUSÃO À SENTENÇA
 - 9.3 PRAZO MÉDIO DO INÍCIO AO ENCERRAMENTO DA LIQUIDAÇÃO
 - 9.4 PRAZO / IDADE MÉDIA NA ETAPA DE EXECUÇÃO
 - 9.5 PRAZO / IDADE MÉDIA DA TRAMITAÇÃO TOTAL DO PROCESSO
- 10 AUTOINSPEÇÃO
- 11 METAS DO CNJ, IGEST E SELO DE EXCELÊNCIA
 - 11.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2025
 - 11.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2026
 - 11.3 ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO – IGEST
 - 11.4 SELO DE EXCELÊNCIA DA CORREGEDORIA REGIONAL EM 2025
- 12 PJE – ANÁLISE DO PAINEL GLOBAL DA UNIDADE NO SISTEMA PJE
 - 12.1 TAREFAS DO PAINEL GLOBAL
 - 12.2 ESCANINHO DE PETIÇÕES
 - 12.3 ANÁLISE POR FASE PROCESSUAL
 - 12.4 ANÁLISE DE PROCESSOS ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE
- 13 ROTINAS E PROCEDIMENTOS DE SECRETARIA
 - 13.1 ORGANIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS TAREFAS
 - 13.2 EXPEDIÇÃO DE COMUNICAÇÕES E EXPEDIENTES
 - 13.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS
 - 13.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL
 - 13.5 PROCEDIMENTOS RELATIVOS À FASE DE EXECUÇÃO. ARQUIVAMENTO DEFINITIVO. SOBRESTAMENTO DE PROCESSOS
 - 13.6 GESTÃO DOCUMENTAL
 - 13.7 FERRAMENTAS ELETRÔNICAS E UTILIZAÇÃO DOS CONVÊNIOS DISPONÍVEIS
 - 13.8 PROCEDIMENTOS RELATIVOS AO BNDT
 - 13.9 REGISTROS NOS SISTEMAS INFORMATIZADOS
- 14 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT
- 15 PROJETO GARIMPO
- 16 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE
- 17 RECOMENDAÇÕES
 - 17.1 AOS JUÍZES
 - 17.2 À SECRETARIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA
- 18 DETERMINAÇÕES
 - 18.1 AOS JUÍZES
 - 18.2 À SECRETARIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA
 - 18.3 RELACIONADAS ÀS OUTRAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS
- 19 PROPOSTAS
- 20 PRESENÇAS
- 21 PRAZO PARA RESPOSTA
- 22 AGRADECIMENTO E ENCERRAMENTO DA CORREIÇÃO



RELATÓRIO DE INSPEÇÃO CORRECIONAL ORDINÁRIA

4ª VARA DO TRABALHO DE TAQUARA

Aos cinco dias do mês de agosto de 2026, compareceu à sede da 4ª Vara do Trabalho de Taquara a Desembargadora Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, **MARIA MADALENA TELESKA**, acompanhada de sua equipe, para a Correição Ordinária, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo Eletrônico nº 3622/2026. Foram recebidas pela Juíza Substituta designada, Lúcia Rodrigues de Matos, pela Diretora de Secretaria, Janaina Luíza Rypl Reis, e pelos demais servidores presentes nessa unidade judiciária.

Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados à Corregedoria Regional apurou-se o seguinte.

1 INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 4ª VARA DO TRABALHO DE TAQUARA

Data da instalação da unidade judiciária: 14/11/2011

Data da última correição realizada: 24/06/2025

Jurisdição: Igrejinha, Parobé, Riozinho, Rolante, Taquara, Três Coroas

1.2 NÚCLEO METROPOLITANO

A Resolução Administrativa nº 16/2026, dispõe sobre o Regime de Equivalência da carga de trabalho no âmbito do primeiro grau de jurisdição do TRT4 e a Portaria SECOR nº 06/2026, estabelece a criação dos Núcleos de Justiça 4.0 e a forma de operacionalização do Regime de Equivalência.

Atualmente, estão instituídas 73 Varas Digitais vinculadas às unidades judiciárias classificadas como de alta movimentação no ano de 2025, agrupadas em oito Núcleos de Justiça, e nas quais foram designados, para realização de audiências e prolação de sentenças, os(as) Juízes(as) lotados(as) nas unidades de baixa movimentação em 2025.

A 4ª Vara do Trabalho de Taquara, por ter registrado movimentação superior à média no ano passado, foi classificada como unidade de alta movimentação e, assim, a decisão da Corregedoria proferida em 07/05/2026, no PROAD nº 2774/2026, criou e vinculou a esta unidade a Vara Digital - NJ4 - 10ª VARA DO TRABALHO DO NÚCLEO METROPOLITANO.

Registra-se que, embora a composição dos núcleos tenha vigência a partir de 01.05.2026, a efetiva remessa de processos para as Varas Digitais iniciou em 25.05.2026, motivo pelo qual ainda não serão analisados os dados estatísticos dessas unidades no presente relatório.

2 CIRCUNSCRIÇÃO E REGIME DE LOTAÇÃO

Nos termos da Portaria nº 18/2025, de 19 de novembro de 2025, da Corregedoria Regional, a 4ª Vara do Trabalho de Taquara pertence à 105ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

Nessa circunscrição vigora o regime lotação singular, com a atuação do Juiz Titular da Vara do Trabalho ou do Juiz Substituto no exercício da titularidade.



3 ESTRUTURA FUNCIONAL

3.1 JUÍZES

3.1.1 Juízes atuais – 4ª Vara do Trabalho de Taquara

Juiz (a)	Cargo	Lotação
Aline Doral Stefani Fagundes	Juíza do Trabalho Titular	desde 03/10/2022 – Há 3 anos, 10 meses e 2 dias*

(Fonte: informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 20/07/2026)

* Período totalizado até a data da visita correcional.

3.1.2 Juízes lotados na unidade e designados para atuar em Varas digitais

Nos termos da decisão da Corregedoria proferida no PROAD nº 2774/2026, os Juízes lotados na unidade foram designados para atuar nas seguintes Varas Digitais no ano de 2026, a partir de 1º.05.2026.

NÚCLEO ESPECIALIZADO		Vara Digital – NJ4 – 10ª VT do Núcleo Metropolitano
J1 – Aline Doral Stefani Fagundes		
J2 – Aline Rebello Duarte Schuck		
Juiz (a)	Titularidade/lotação	
Lúcia Rodrigues de Matos (J1)	Juíza Substituta designada para atuar em longa duração na 4ª Vara do Trabalho de Taquara	
Aline Rebello Duarte Schuck (J2)	Juíza Substituta lotada na 26ª Vara do Trabalho de Porto Alegre	
Marcelo Luiz Nunes Melim (JDES) – férias Lúcia Rodrigues de Matos	Juiz Substituto lotado na Corregedoria Regional	

(Fonte: decisão da Corregedoria proferida no PROAD 2774/2026)

3.1.3 Autorização para residir fora do Município-sede da unidade judiciária (arts.17 a 19 da CPGJT)

Observados os termos da Resolução nº 37, do CNJ e da Resolução Administrativa nº 33/2024, deste Tribunal Regional, a Juíza Titular, Aline Doral Stefani Fagundes, está autorizada a residir fora do Município-sede da unidade judiciária em que atua, conforme decisão nos autos do processo administrativo nº 2463/2025.

3.1.4 Afastamentos da Juíza Titular e dos Juízes Substitutos de 01/01/2025 a 05/08/2026

Juiz (a)		Motivo	Data de Início	Data de Fim	Nº de dias
Juíza Titular	Aline Doral Stefani Fagundes	Férias	27/03/2025	15/04/2025	20
		Férias	15/09/2025	04/10/2025	20
		Férias	17/01/2026	05/02/2026	20
Juízes Substitutos	Charles Lopes Kuhn (Juiz Substituto lotado de 18/07/2016 a 31/12/2025)	Férias	03/02/2025	22/02/2025	20
		Férias	14/07/2025	4/8/2025	22
		Férias	10/08/2025	12/8/2025	3
		Férias	01/09/2025	5/9/2025	5
	Lúcia Rodrigues de Matos (Designada para atuar em longa duração)	Férias	18/02/2026	14/03/2026	25
		Férias	17/03/2026	19/03/2026	3
		Férias	06/07/2026	07/07/2026	2
		Férias	13/07/2026	1/8/2026	20

(Fonte: informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 20/07/2026)



3.1.5 Assiduidade da Juíza Titular e dos Juízes Substitutos lotados/designados (art.32, II, da CPGJT)

Em cumprimento ao disposto no art. 32, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos Magistrados foi verificada por meio das informações obtidas no item anterior; no item 6.3 do presente relatório, referente às audiências realizadas; na *Agenda dos Juízes Titulares e dos Substitutos fixos vinculados à mesma Vara do Trabalho*, extraída do *site* do TRT4 (aba *Transparência, Agenda dos Magistrados*), e também por meio da correição ordinária.

3.1.6 Juízes que atuaram na unidade judiciária nos afastamentos ou impedimentos da Juíza Titular e/ou do Juiz Substituto lotado (de 01/01/2025 a 05/08/2026)

Nome do Magistrado	Cargo Atual	Data de Início	Data de Fim	Nº de Dias	Complemento/Motivo
Aline Doral Stefani Fagundes	Juíza Titular desde 03/10/2022				
Charles Lopes Kuhn	Juiz Substituto lotado de 18/07/2016 a 31/12/2025				
Charles Lopes Kuhn	Juiz Substituto	20/12/2024	02/02/2025	45	Juiz Substituto lotado
Charles Lopes Kuhn	Juiz Substituto	23/02/2025	26/03/2025	32	Juiz Substituto lotado
Charles Lopes Kuhn	Juiz Substituto	27/03/2025	15/04/2025	20	Juíza Titular em férias
Charles Lopes Kuhn	Juiz Substituto	16/04/2025	30/04/2025	15	Juiz Substituto lotado
Charles Lopes Kuhn	Juiz Substituto	01/05/2025	31/05/2025	31	Juiz Substituto lotado
Charles Lopes Kuhn	Juiz Substituto	01/06/2025	30/06/2025	30	Juiz Substituto lotado
Charles Lopes Kuhn	Juiz Substituto	01/07/2025	13/07/2025	13	Juiz Substituto lotado
Charles Lopes Kuhn	Juiz Substituto	05/08/2025	09/08/2025	5	Juiz Substituto lotado
Charles Lopes Kuhn	Juiz Substituto	13/08/2025	31/08/2025	19	Juiz Substituto lotado
Charles Lopes Kuhn	Juiz Substituto	06/09/2025	14/09/2025	9	Juiz Substituto lotado
Charles Lopes Kuhn	Juiz Substituto	15/09/2025	04/10/2025	20	Juíza Titular em férias
Charles Lopes Kuhn	Juiz Substituto	05/10/2025	19/12/2025	76	Juiz Substituto lotado
Charles Lopes Kuhn	Juiz Substituto	20/12/2025	31/12/2025	12	Juiz Substituto lotado
Lúcia Rodrigues de Matos	Juíza Substituta	01/01/2026	17/02/2026	48	Juíza Titular convocada Auxiliar Vice-Presidência Jurisdicional
Max Carrion Brueckner	Juiz Titular	18/02/2026	14/03/2026	25	Juíza Titular convocada Auxiliar Vice-Presidência Jurisdicional
Lúcia Rodrigues de Matos	Juíza Substituta	15/03/2026	16/03/2026	2	Juíza Titular convocada Auxiliar Vice-Presidência Jurisdicional
Max Carrion Brueckner	Juiz Titular	17/03/2026	19/03/2026	3	Juíza Titular convocada Auxiliar Vice-Presidência Jurisdicional
Lúcia Rodrigues de Matos	Juíza Substituta	20/03/2026	30/06/2026	103	Juíza Titular convocada Auxiliar Vice-Presidência Jurisdicional
Lúcia Rodrigues de Matos	Juíza Substituta	01/07/2026	05/07/2026	5	Juíza Titular convocada Auxiliar Vice-Presidência Jurisdicional
Marcelo Luiz Nunes Melim	Juiz Substituto	06/07/2026	7/7/2026	2	Juíza Titular convocada Auxiliar Vice-Presidência Jurisdicional
Lúcia Rodrigues de Matos	Juíza Substituta	08/07/2026	12/07/2026	5	Juíza Titular convocada Auxiliar Vice-Presidência Jurisdicional



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Marcelo Luiz Nunes Melim	Juiz Substituto	13/07/2026	15/7/2026	3	Juíza Titular convocada Auxiliar Vice-Presidência Jurisdicional
Rubens Fernando Clamer dos Santos Júnior	Juiz Titular	16/07/2026	1/8/2026	17	Juíza Titular convocada Auxiliar Vice-Presidência Jurisdicional
Lúcia Rodrigues de Matos	Juíza Substituta	02/08/2026	31/12/2026	152	Juíza Titular convocada Auxiliar Vice-Presidência Jurisdicional

(Fonte: informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 20/07/2026)

A Juíza Titular da Vara, Aline Doral Stefani Fagundes, está convocada como Juíza Auxiliar da Vice-Presidência Jurisdicional, no período de 09/12/2025 a 03/12/2027. A Juíza Substituta, Lúcia Rodrigues de Matos, está designada para atuar em longa duração no período de afastamento da Juíza Titular.

3.2 SERVIDORES

3.2.1 Servidores lotados na unidade judiciária

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Janaina Luiza Rypl Reis	AJAJ	Diretor de Secretaria (CJ3)	07/10/2013
2	Vinicius Argoud Zacouteguy	AJAJ	Assistente de Juiz Titular (FC05)	02/09/2024
3	Diogo da Silva Correa	TJAA	Assistente de Gabinete de Primeiro Grau (FC04)	03/11/2014
4	Victor Magalhães Capeletto	AJAJ	Assistente de Secretaria (FC04)	29/08/2017
5	Magda Elis Bernhardt de Oliveira	AJAA	Calculista (FC04)	05/05/2016
6	Juliane Aparecida Maggioni Geib	TJAA	-	03/04/2012
7	Karla Cristina Rezende Andrade	AJAJ	-	19/08/2013
8	Carine Vieira Braier	TJAA	-	08/04/2024

(Fonte: consulta ao PAS - Portal de Apoio ao SIGEP-JT on line em 23/07/2026).

(Siglas dos Cargos: AJAJ: Analista Judiciário, Área Judiciária; AJAA: Analista Judiciário, Área Administrativa; TJAA: Técnico Judiciário, Área Administrativa)

3.2.2 Servidores que atuam na Vara Digital - NJ4 - 10ª Vara do Trabalho do Núcleo Metropolitano.

Nos termos do parágrafo único, do art. 11, da RA nº 16/2026, à exceção das atividades afetas ao(a) Secretário(a) de Audiência, os demais atos de secretaria necessários ao regular andamento do processo, serão praticados pelos(as) servidores(as) lotados(as) na unidade jurisdicional à qual vinculada a Vara Digital - NJ4, em cumprimento às decisões e aos despachos proferidos pelos(as) Juízes(as) Designados(as).

3.2.3 Movimentação de servidores nos últimos doze meses

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Fernando Santinon	23/04/2013	23/04/2026	Lotação em Divisão de Controle da Direção do Foro de Taquara	13 anos
2	Patricia de Souza Garcia	18/11/2013	19/07/2026	Lotação em 2ª Vara do Trabalho de Taquara – Diretor de Secretaria (CJ3)	12 anos, 8 meses e 1 dia

(Fonte: consulta ao PAS - Portal de Apoio ao SIGEP-JT on line em 23/07/2026).



3.2.4 Ausências dos servidores nos últimos doze meses

Servidor(a) Lotado(a)	Tipo de Ausência	Nº de dias
Carine Vieira Braier	Licença para tratamento de saúde - servidor RPPS	1
	Licença tratamento pessoa da família - servidor	12
Janaina Luiza Rypl Reis	Afastamento para cursos, congressos e afins	4
	Licença tratamento pessoa da família - servidor	2
Juliane Aparecida Maggioni Geib	Licença para tratamento de saúde - servidor RPPS	19
	Licença tratamento pessoa da família - servidor	18
Magda Elis Bernhardt de Oliveira	Licença para tratamento de saúde - servidor RPPS	2
Patrícia de Souza Garcia	Licença para tratamento de saúde - servidor RPPS	25

(Fonte: consulta ao PAS - Portal de Apoio ao SIGEP-JT on line em 23/07/2026).

* Servidor(a) lotado(a) na unidade judiciária inspecionada durante a vigência do período considerado: somente são computadas as ausências ocorridas a partir da data da vinculação do servidor à referida unidade.

Obs: os servidores que não constam na tabela acima, não registraram afastamentos nos últimos doze meses.

3.2.5 Servidores em regime de teletrabalho

	Servidor (a)	Cargo/Função	Integral/Parcial	Portaria/PROAD	Data de início	Data de Fim
1	Diogo da Silva Correa	TJAA	Parcial	Portaria nº 344/2019	18/02/2019	-
2	Karla Cristina Rezende Andrade	AJAJ	Parcial	Portaria nº 2561/2022	02/05/2022	-
3	Victor Magalhães Capeletto	AJAJ	Parcial	Portaria nº 2979/2023	31/05/2023	-

(Fonte: entrevista com a Diretora de Secretaria e consulta ao PAS - Portal de Apoio ao SIGEP-JT on line em 23/07/2026).

A Gestora da unidade informou que a servidora Carine Vieira Braier está em teletrabalho, em regime parcial, há bastante tempo e que está formalizada. Entretanto, o teletrabalho da mencionada servidora não consta no Sistema PAS e, em consulta ao Sistema RH, consta Portaria que venceu em 14/07/2026, se fazendo necessária a regularização mediante encaminhamento de formulário próprio à SEGESP.

3.3 ESTAGIÁRIOS

	Estagiário(a)	Curso em Andamento	Data de Início	Data de Fim
1	Guilherme Peixoto Fagundes	Direito	15/07/2025	14/07/2027 (prevista)

(Fonte: consulta ao PAS - Portal de Apoio ao SIGEP-JT on line em 23/07/2026).

4 ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIOS – ARTIGO 32 DA CPCGJT

Em cumprimento ao artigo 32, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a Corregedoria Regional examina e registra a regularidade e o funcionamento dos serviços judiciais de primeiro grau.

A análise abrange a tramitação processual (prazos e movimentação), o cumprimento das Metas Nacionais do CNJ e da Justiça do Trabalho, as taxas de congestionamento e a utilização de ferramentas de pesquisa patrimonial, além da regularidade dos procedimentos judiciais e administrativos. Para cada um desses pontos, faz-se remissão abaixo aos itens detalhados neste relatório.



ITENS EXAME E REGISTROS OBRIGATÓRIOS

Art. 32. O Corregedor Regional deverá realizar correção ordinária anual em cada Vara do Trabalho do Tribunal respectivo, cabendo-lhe examinar:

Inciso	Item correspondente neste relatório
I - observância das diretrizes na realização do juízo de admissibilidade dos recursos	Item 13.3 - EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS
II - frequência do comparecimento do Juiz titular, do Juiz auxiliar e do substituto na sede do juízo	Subitem 3.1.4 - Assiduidade dos Juízes Titulares e dos Juízes Substitutos lotados
	Item 6.3 - AUDIÊNCIAS REALIZADAS POR TIPO E MAGISTRADO NOS ÚLTIMOS DOZE MESES
III - quantidade de dias da semana em que se realizam audiências	Item 6.4. - PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA
	Item 6.5 - PAUTAS MARCADAS E LIVRES
IV - principais prazos da Vara do Trabalho (inicial, instrução e julgamento) e o número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de execução	Item 5.1.3 - Situação dos processos pendentes no conhecimento
	Item 9 - PRAZO / IDADE MÉDIA
V - processos na fase de execução	Item 12.3 – ANÁLISE DO PAINEL GLOBAL DA UNIDADE NO SISTEMA PJE - ANÁLISE POR FASE PROCESSUAL
	Item 13.4 - LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL
	Item 13.5 - PROCEDIMENTOS RELATIVOS À FASE DE EXECUÇÃO. ARQUIVAMENTO DEFINITIVO. SOBRESTAMENTO DE PROCESSOS
	Item 13.6 - FERRAMENTAS ELETRÔNICAS E UTILIZAÇÃO DOS CONVÊNIOS DISPONÍVEIS
	Item 15 - PROJETO GARIMPO
VI - regular utilização, pelos Magistrados e Servidores, da ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em 1ª Instância WIKI-VT na tramitação dos processos	Subitem 13.7.1 - WIKI-VT – Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em 1ª Instância

5 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

A unidade judiciária será comparada com os resultados do seu agrupamento.

O agrupamento das unidades é apurado com base tanto em sua localização geográfica, quanto no critério utilizado no Anexo III, da Resolução nº 219 do CNJ, no art. 8º, § 4º, da Resolução nº 296 do CSJT, e no anexo I, da Portaria 1.230/22 deste Tribunal Regional, para a estipulação da lotação paradigma das unidades judiciárias de 1º Grau – qual seja, a média trienal de casos novos nas fases de conhecimento e de cumprimento de sentença e execução de título extrajudicial (considerando-se para tal fim, os três anos anteriores ao ano da apuração dos dados).

Desse modo, na medida em que a 4ª Vara do Trabalho de Taquara apresentou no último triênio (2023-2025), uma média de 1.218,33 casos novos por ano, a unidade se enquadra no agrupamento nº 4 (unidades localizadas no interior do Estado, com movimentação anual entre 1.001 e 1.500 processos).

5.1 FASE DE CONHECIMENTO

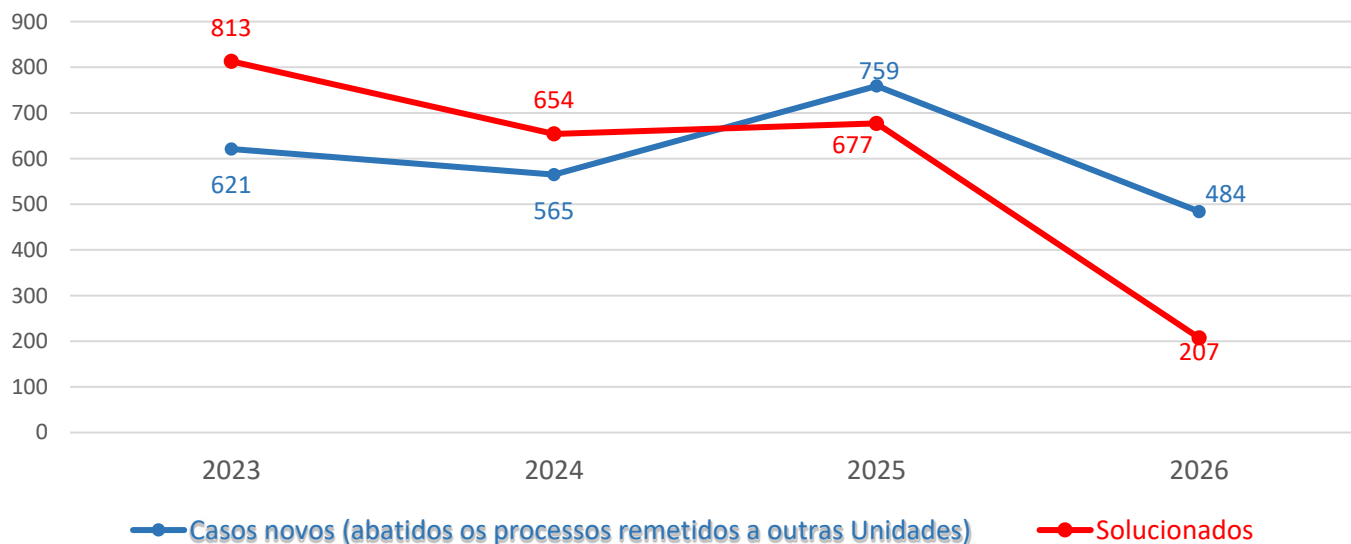
5.1.1 Evolução dos casos novos e processos solucionados

4ª VARA DO TRABALHO DE TAQUARA				
Ano	Casos novos (abatidos os processos remetidos a outras Unidades)	Solucionados	Produtividade* na Unidade	Produtividade* no Agrupamento
2023	621	813	130,92%	107,06%
2024	565	654	115,75%	99,34%
2025	759	677	89,20%	96,74%
2026 (até 30/06)	484	207	42,77%	83,50%

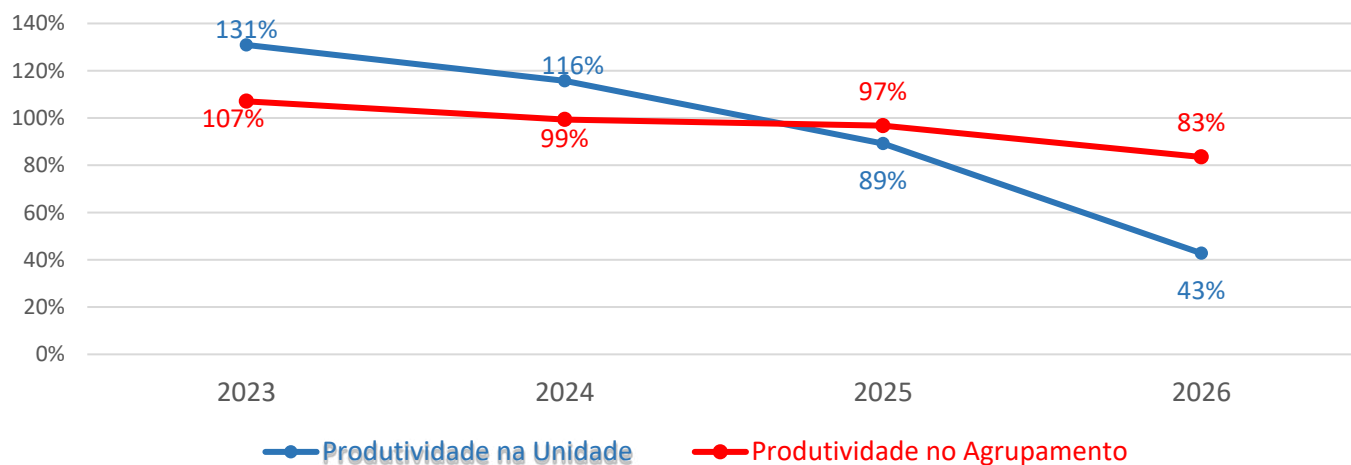
*Produtividade corresponde à divisão dos processos solucionados pelos casos novos.



Casos novos X Solucionados e remetidos



Produtividade



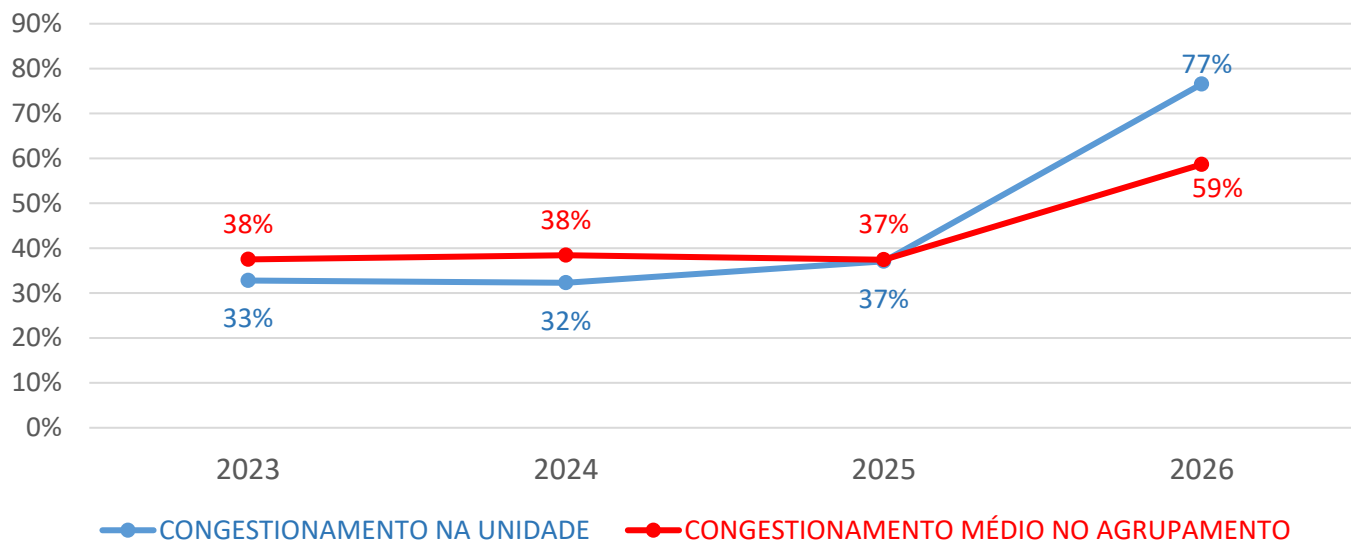
5.1.2 Congestionamento na fase de conhecimento

Corresponde ao percentual de processos não julgados nos últimos doze meses, em relação ao acervo de pendentes de julgamento.

CONGESTIONAMENTO PROCESSUAL – FASE DE CONHECIMENTO					
Item Estatístico		2023	2024	2025	2026 (até 30/06)
A	Pendentes em 31/12 do ano anterior	580	399	315	398
B	Casos novos + sentenças anuladas e reformadas	630	567	761	485
C	Total de processos pendentes de solução (A+B)	1.210	966	1.076	883
D	Processos solucionados	813	654	677	207
CONGESTIONAMENTO NA UNIDADE		32,81%	32,30%	37,08%	76,56%
CONGESTIONAMENTO MÉDIO NO AGRUPAMENTO		37,52%	38,44%	37,43%	58,66%



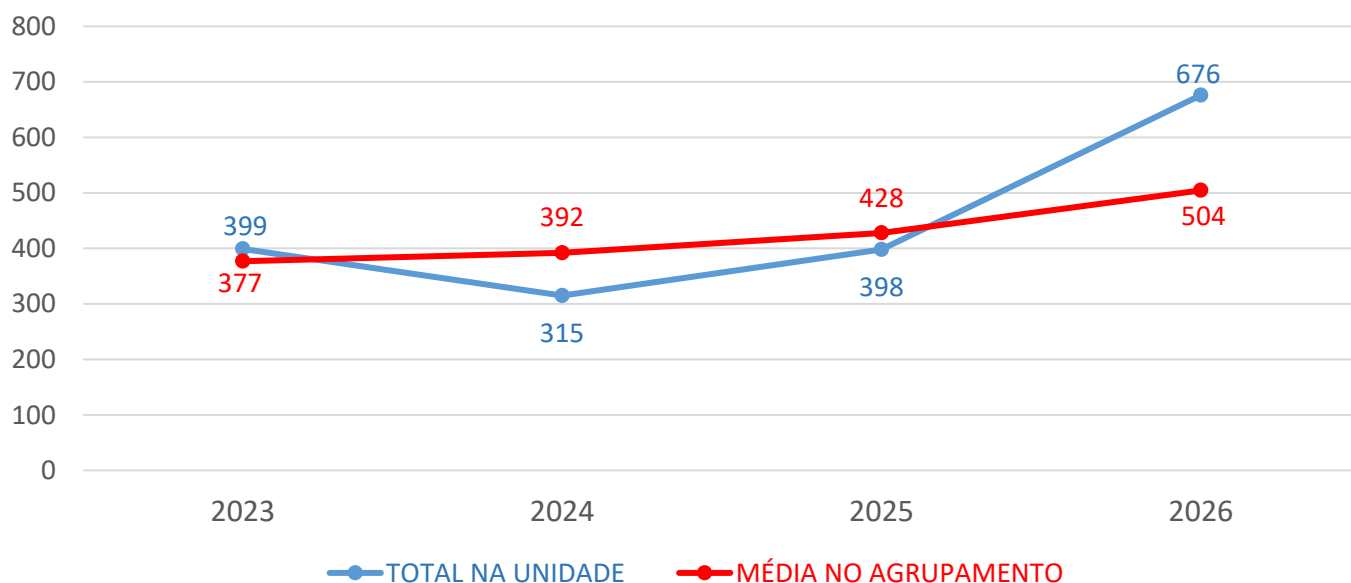
Congestionamento processual na fase de conhecimento



5.1.3 Situação dos processos pendentes no conhecimento (art. 32, IV, da CPC/GJT)

SITUAÇÃO DOS PENDENTES DE SOLUÇÃO – FASE DE CONHECIMENTO				
Item Estatístico	2023	2024	2025	2026 (até 30/06)
Processos em instrução	382	282	396	624
Aguardando prolação de sentenças – no prazo	13	33	2	34
Aguardando prolação de sentenças – com prazo vencido	4	0	0	18
TOTAL NA UNIDADE	399	315	398	676
MÉDIA NO AGRUPAMENTO	377	392	428	504

Pendentes de solução no conhecimento





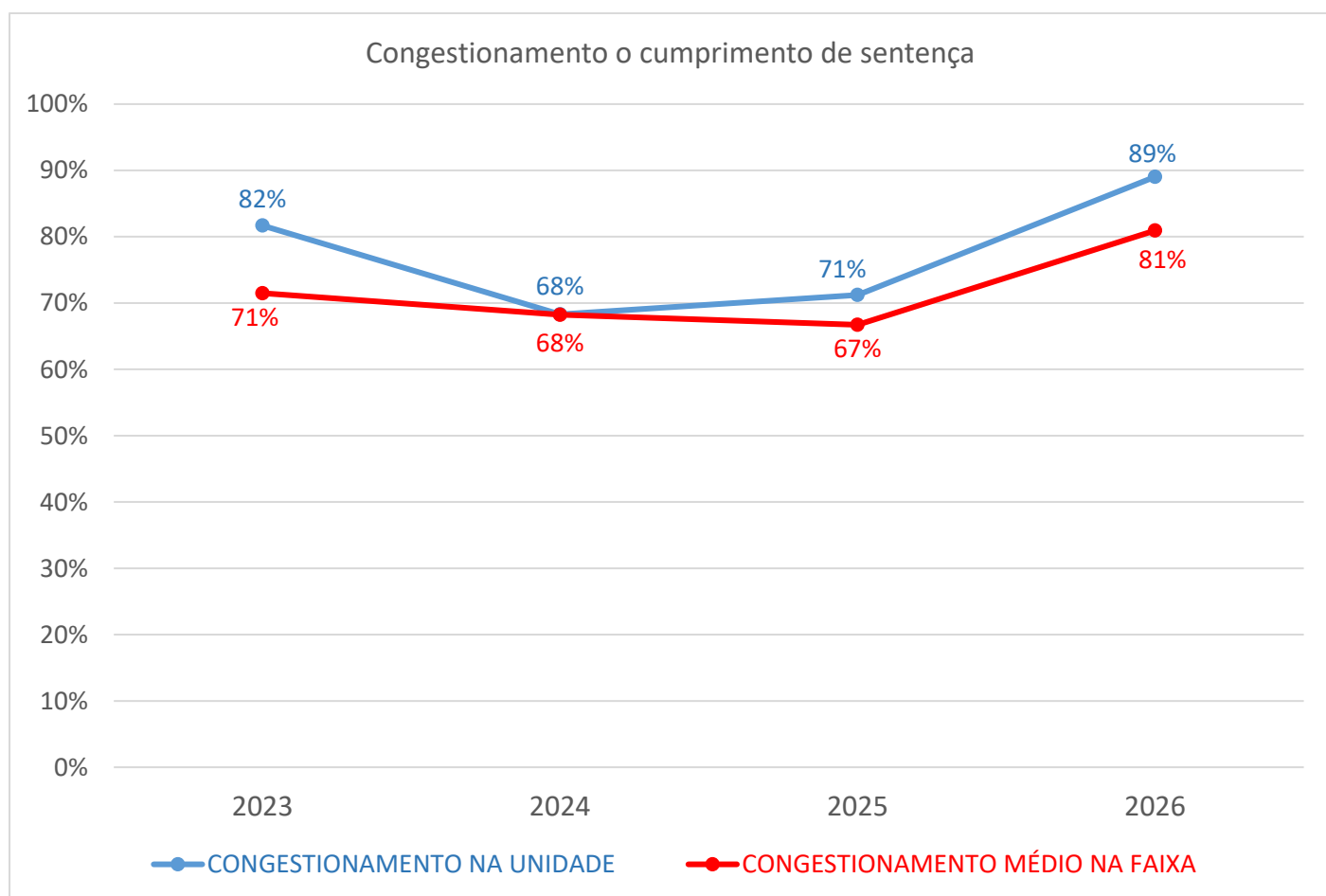
5.2 FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

5.2.1 Congestionamento na fase de cumprimento de sentença e execução de título extrajudicial

Corresponde ao percentual de liquidações e execuções não finalizadas nos últimos doze meses, em relação ao acervo de pendentes de finalização.

CONGESTIONAMENTO PROCESSUAL - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL					
	Item Estatístico	2023	2024	2025	2026 (até 30/06)
A	Pendentes em 31/12 do ano anterior	1.465	1.584	1.527	1.475
B	Casos novos	474	693	537	211
C	Total de processos pendentes (A+B)	1.939	2.277	2.064	1.686
D	Processos finalizados	355	722	594	185
CONGESTIONAMENTO NA UNIDADE		81,69%	68,29%	71,22%	89,03%
CONGESTIONAMENTO MÉDIO NO AGRUPAMENTO		71,48%	68,23%	66,72%	80,93%

*A execução é considerada finalizada quando o processo é arquivado definitivamente.



6 AUDIÊNCIAS

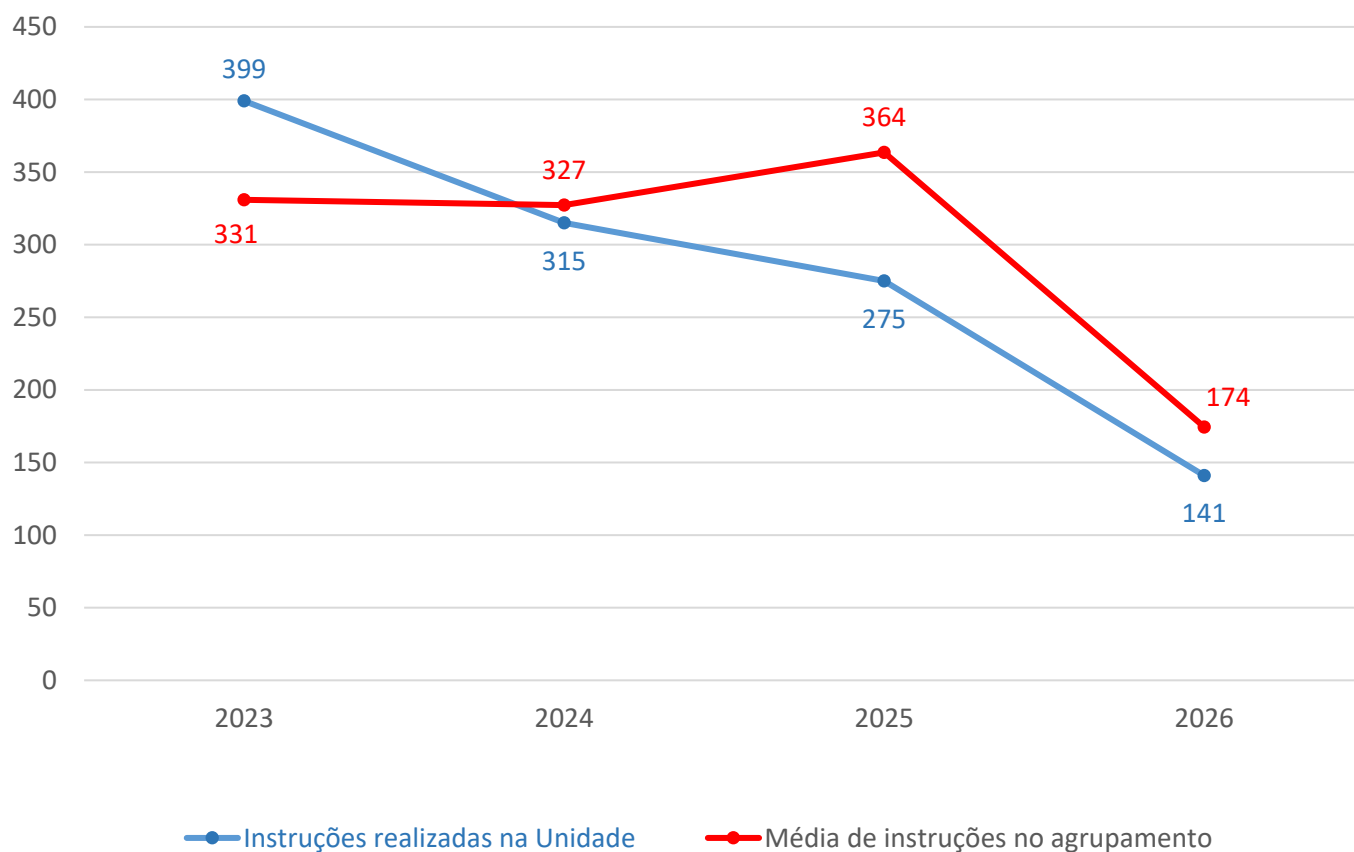
6.1 EVOLUÇÃO DE AUDIÊNCIAS REALIZADAS



4ª VARA DO TRABALHO DE TAQUARA

Ano	Audiências realizadas na Unidade	Média de audiências no agrupamento	Unidade em relação ao agrupamento
2023	805	752	107,01%
2024	903	792	113,96%
2025	756	907	83,39%
2026 (até 30/06)	393	456	86,19%

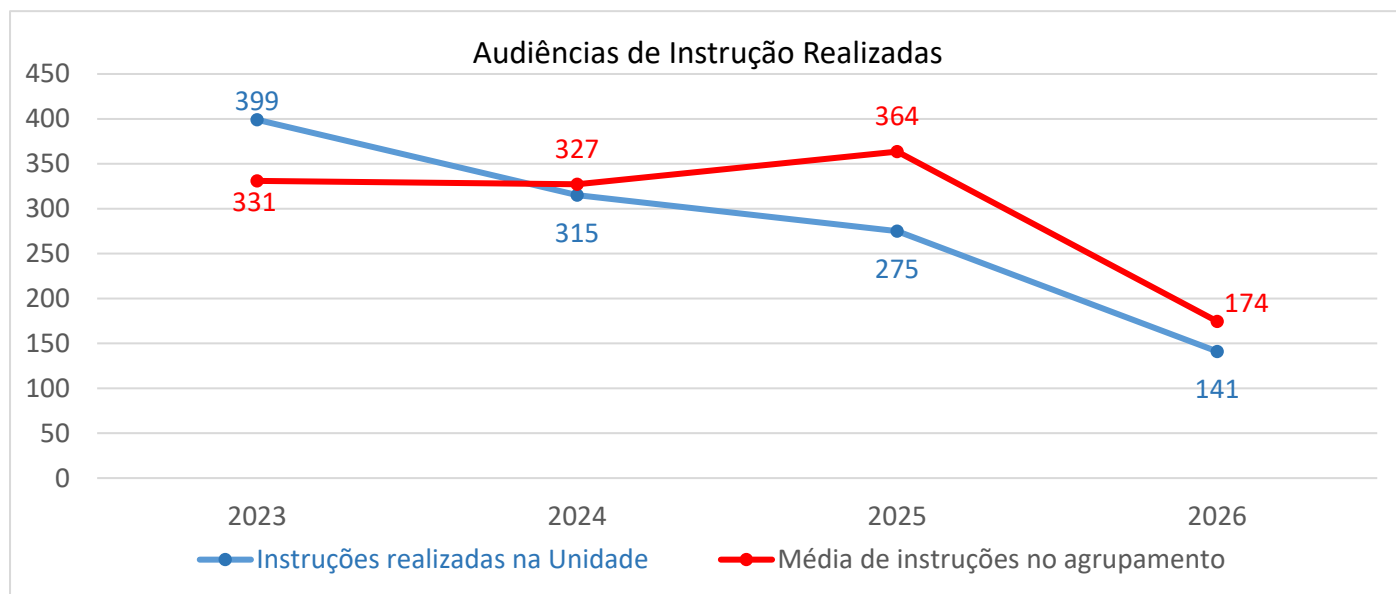
Audiências de Instrução Realizadas



6.2 EVOLUÇÃO DE AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO REALIZADAS

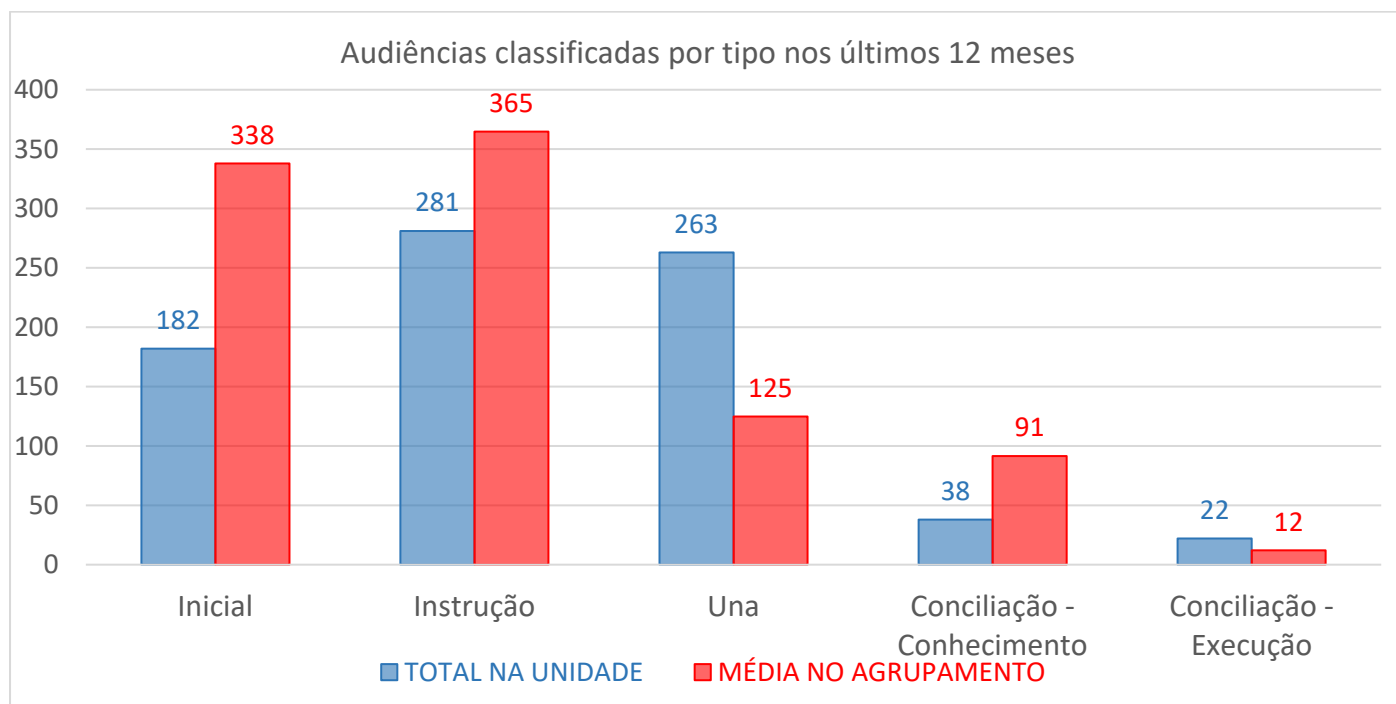
4ª VARA DO TRABALHO DE TAQUARA

Ano	Instruções realizadas na Unidade	Média de instruções no agrupamento	Unidade em relação ao agrupamento
2023	399	331	120,55%
2024	315	327	96,25%
2025	275	364	75,64%
2026 (até 30/06)	141	174	80,83%



6.3 AUDIÊNCIAS REALIZADAS POR TIPO E MAGISTRADO NOS ÚLTIMOS DOZE MESES

AUDIÊNCIAS REALIZADAS – PERÍODO DE 01/07/2025 a 30/06/2026						
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação (conhecimento)	Conciliação (execução)	TOTAL
Aline Doral Stefani Fagundes	0	86	149	1	8	244
Charles Lopes Kuhn	80	54	10	2	3	149
Lúcia Rodrigues de Matos	98	141	104	35	11	389
Luis Fettermann Bosak	4	0	0	0	0	4
TOTAL NA UNIDADE	182	281	263	38	22	786
MÉDIA NO AGRUPAMENTO	338	365	125	91	12	931





6.4. PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA (art.32, III, da CPCGJT)

A unidade realiza sessões de audiências regularmente na terça-feira, quarta-feira e quinta-feira. A composição média das sessões é especificada abaixo.

Periodicidade e Composição da Pauta

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã		1 ou 2 I e 1 C ou E (quando há demanda), 2 P	1 ou 2 I e 1 C ou E (quando há demanda), 2 P	1 ou 2 I e 1 C ou E (quando há demanda), 2 P	-
Tarde		1 ou 2 I e 1 C ou E (quando há demanda), 3 P	1 ou 2 I e 1 C ou E (quando há demanda), 3 P	1 ou 2 I e 1 C ou E (quando há demanda), 3 P	-

(Fonte: informações fornecidas pela Diretora de Secretaria em 20/07/2026)

Legenda

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

E – Audiências de conciliação em processos em fase de execução/liquidação

C – Audiências de conciliação em processos em fase de conhecimento

* A Diretora informa que, além das referidas, até outubro de 2026, serão realizadas audiências nas segundas-feiras, eventualmente. A partir de outubro, a perspectiva é de realização de audiências, de forma ordinária, nas segundas-feiras, terças-feiras e quintas-feiras, em pauta dupla, com a composição acima, também em quartas-feiras quando necessário.

Da organização das pautas.

Duas iniciais por turno, dois prosseguimentos pela manhã, três à tarde (incluindo processos de maior complexidade), de terça-feira até quinta-feira. Excepcionalmente, três prosseguimentos pela manhã (sem iniciais, conforme necessidade). Até outubro, serão realizadas audiências na segunda-feira, com a composição de pauta informada acima. A partir de outubro, com a mesma composição da pauta, serão realizadas audiências na segunda-feira, na terça-feira e na quinta-feira, com audiências na quarta-feira quando necessário. Além das audiências referidas, de acordo com a demanda, são realizadas audiências de tentativa de conciliação, ou de apreciação de acordos, nas fases de conhecimento, de liquidação e de execução. As audiências são realizadas majoritariamente de forma presencial, com deferimento de requerimentos de audiências telepresenciais ou híbridas de forma excepcional, unicamente em casos de justificada necessidade.

Em virtude da necessidade de preservação de horários de audiências para a realização de audiências de prosseguimento, sobretudo pela concentração de responsabilidade pela integralidade dos processos anteriormente de responsabilidade da Juíza Titular e do Juiz Substituto (extinção do regime de lotação), temporariamente, não são designadas audiências iniciais em todos os processos, priorizando-se os que demonstram maior possibilidade de conciliação.

Das audiências de conciliação.

São designadas audiências de tentativa de conciliação, tanto a requerimento das partes, quanto pela detecção pelo juízo da possibilidade mais acentuada de acordo.

Da colheita da prova oral.

Os depoimentos são integralmente transcritos em ata, mediante registro de concordância dos advogados, com a dispensa de gravação em áudio e vídeo, inclusive em vista da realização das audiências quase que totalmente de forma presencial.



6.5 PAUTAS MARCADAS E LIVRES

Tipo	Última Data Marcada	Próxima Data Livre
Inicial	27/08/2026, às 13h45min	01/09/2026, às 13h30min
Una Sumaríssimo	-	-
Instrução	10/12/2026, às 15h30min	09/09/2026, às 9h45min
Tentativa de acordo em conhecimento	12/08/2026, às 13h34min	13/08/2026, às 13h45min
Tentativa de acordo em liquidação/execução		13/08/2026, às 13h45min
CPIs	-	-

(Fonte: informações fornecidas pela Diretora de Secretaria em 20/07/2026)

A Diretora de Secretaria faz as seguintes observações: há processos que aguardam inclusão em pauta após oportunidade de defesa, eventual designação de perícia e manifestações das partes, distribuídos em 2026, com exceções pontuais (processo 0020288-71.2025.5.04.0384 - necessidade de colheita de depoimentos de testemunhas pelo SISDOV; 0020584-93.2025.5.04.0384, 0020421-16.2025.5.04.0384, 0020323-31.2025.5.04.0384, 0020482-71.2025.5.04.0384 e 0020483-56.2025.5.04.0384, não incluídos ainda por pendências específicas, com previsão de inclusão até final de outubro de 2026). Os processos que aguardam a inclusão em pauta são marcados com o chip “Incluir em Pauta-Instrução”, sem prejuízo de controle no GIGS do responsável (o secretário de audiências), e na tarefa “Cumprimento de Providências”.

É priorizada a inclusão em pauta dos processos da Meta 2 do CNJ, sendo realizado o controle, por meio de planilha com os processos que estão fora de pauta.

Em entrevista presencial, refere a Gestora que a grande maioria dos processos sem pauta designada estão com prazos de diligências fluindo.

6.6 ADIAMENTO DE PAUTA

Na tabela abaixo, apresenta-se o percentual de audiências canceladas e redesignadas com designação posterior, isto é, apontam-se apenas audiências adiadas para data futura.

NÚMERO DE AUDIÊNCIAS ADIADAS – PERÍODO DE 01/07/2025 a 30/06/2026			
Juizes	Audiências realizadas	Audiências canceladas/adiadas	Índice de adiamentos
Processos vinculados ao Juiz Titular	786	235	29,90%
Processos vinculados ao Juiz Substituto	-	-	-
TOTAL	786	235	29,90%

Analisando a inspeção ocorrida no ano de 2025, constata-se que a unidade apresentou um índice de adiamentos de 29,42%. Tendo em vista que a inspeção de 2026, revela uma manutenção desse patamar, recomenda-se que a unidade continue envidando esforços no sentido de reduzir o número de adiamentos para percentual não superior a 20%.

7 SENTENÇAS

7.1 EVOLUÇÃO ANUAL DE SENTENÇAS PROLATADAS E ACORDOS HOMOLOGADOS NA FASE DE CONHECIMENTO

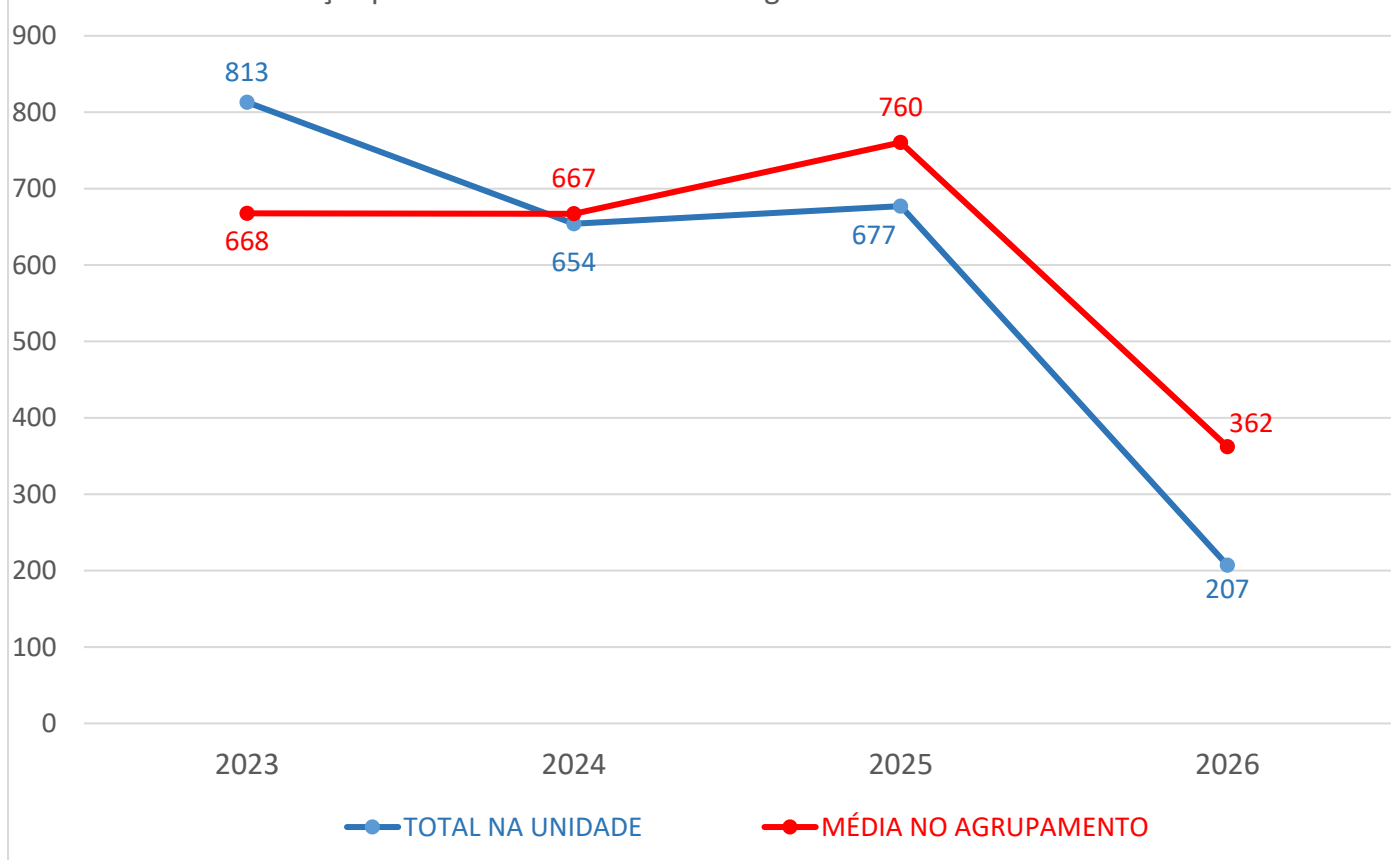


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

SENTENÇAS PROLATADAS E ACORDOS HOMOLOGADOS NA FASE DE CONHECIMENTO

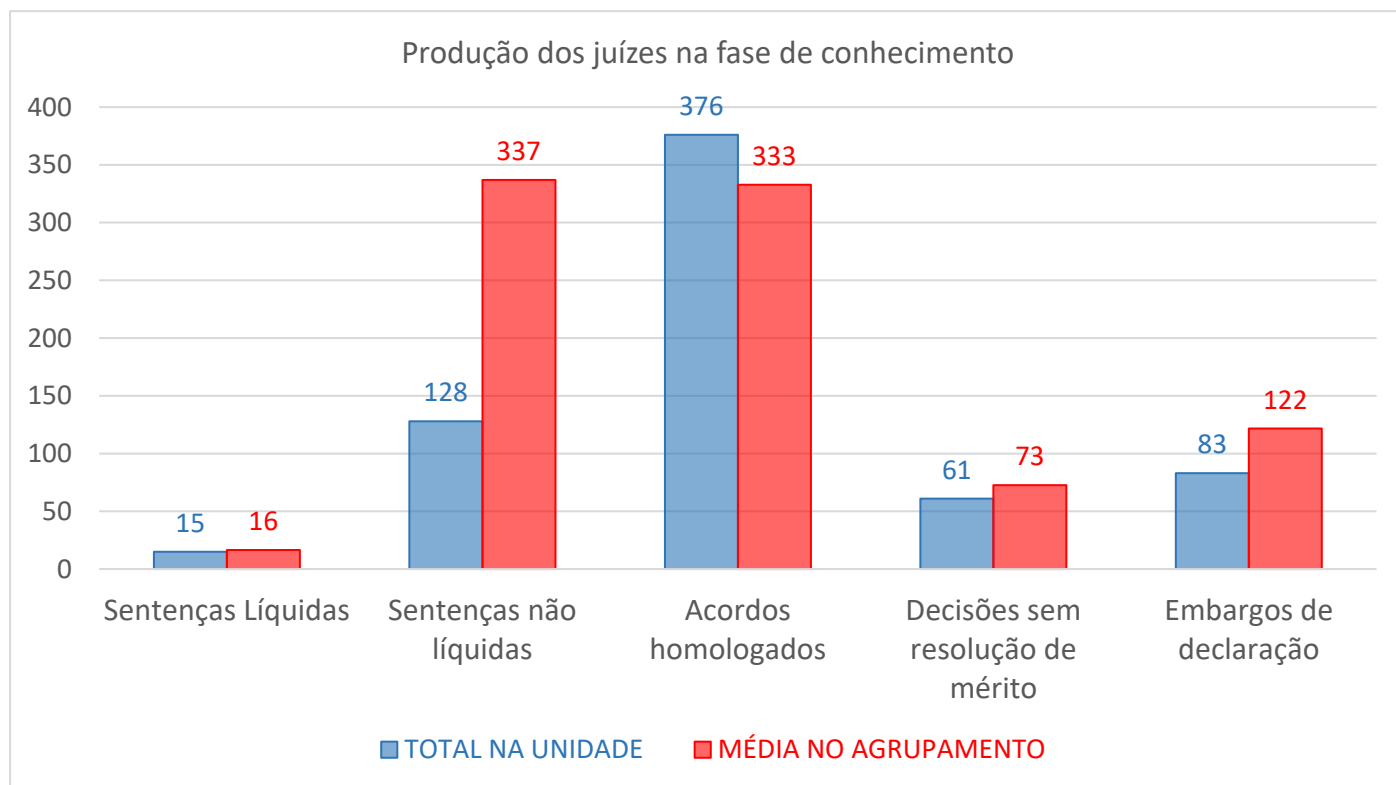
Item Estatístico	2023	2024	2025	2026 (até 30/06)
Conciliações	467	408	408	148
Julgamentos com resolução de mérito	271	196	212	30
Julgamentos sem resolução de mérito	75	50	57	29
TOTAL NA UNIDADE	813	654	677	207
MÉDIA NO AGRUPAMENTO	668	667	760	362

Sentenças prolatadas e acordos homologados na fase de conhecimento



7.2 PRODUÇÃO DOS JUÍZES NA FASE DE CONHECIMENTO NOS ÚLTIMOS DOZE MESES

PRODUÇÃO DOS JUÍZES					
PERÍODO: 01/07/2025 a 30/06/2026					
Juiz (a)	Sentenças líquidas	Sentenças não líquidas	Acordos homologados	Decisões sem resolução de mérito	Embargos de declaração
Aline Doral Stefani Fagundes	13	58	133	19	31
Charles Lopes Kuhn	2	44	96	13	46
Lúcia Rodrigues de Matos	0	26	144	26	6
Luis Fettermann Bosak	0	0	1	0	0
Max Carrion Brueckner	0	0	2	3	0
TOTAL NA UNIDADE	15	128	376	61	83
MÉDIA NO AGRUPAMENTO	16	337	333	73	122



7.3 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA/DECISÕES COM PRAZO LEGAL EXCEDIDO

A Corregedoria Regional dá ênfase às sentenças não proferidas no prazo de trinta dias úteis, em atenção ao disposto nos arts. 226, III, do Código de Processo Civil, e 775 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Conforme a consulta efetuada no dia 31/07/2026, referente aos dados computados até o dia 29/07/2026, às 19 horas e 53 minutos, resultou nos seguintes processos vencidos há mais de 30 dias

	Data da conclusão	Magistrado(a)	Dias úteis	Processo	Item Estatístico
01	22/04/2026	Lúcia Rodrigues de Matos	72	0020091-19.2025.5.04.0384*	Processos com instrução processual encerrada
02	23/04/2026	Lúcia Rodrigues de Matos	71	0020433-30.2025.5.04.0384*	Processos com instrução processual encerrada
03	30/04/2026	Lúcia Rodrigues de Matos	61	0020240-15.2025.5.04.0384	Processos com instrução processual encerrada
04	30/04/2026	Lúcia Rodrigues de Matos	61	0020460-13.2025.5.04.0384*	Processos com instrução processual encerrada
05	02/05/2026	Lúcia Rodrigues de Matos	61	0020173-50.2025.5.04.0384	Processos com instrução processual encerrada
06	03/05/2026	Lúcia Rodrigues de Matos	61	0020387-41.2025.5.04.0384*	Processos com instrução processual encerrada
07	04/05/2026	Lúcia Rodrigues de Matos	60	0020178-72.2025.5.04.0384*	Processos com instrução processual encerrada
08	05/05/2026	Lúcia Rodrigues de Matos	59	0020425-53.2025.5.04.0384	Processos com instrução processual encerrada
09	07/05/2026	Lúcia Rodrigues de Matos	59	0020200-33.2025.5.04.0384*	Processos com instrução processual encerrada
10	08/05/2026	Lúcia Rodrigues de Matos	57	0020251-44.2025.5.04.0384*	Processos com instrução processual encerrada



11	11/05/2026	Lúcia Rodrigues de Matos	56	0020238-45.2025.5.04.0384*	Processos com instrução processual encerrada
12	12/05/2026	Lúcia Rodrigues de Matos	55	0020132-83.2025.5.04.0384	Processos com instrução processual encerrada
13	12/05/2026	Lúcia Rodrigues de Matos	55	0020243-67.2025.5.04.0384	Processos com instrução processual encerrada
14	18/05/2026	Lúcia Rodrigues de Matos	49	0020334-60.2025.5.04.0384	Processos com instrução processual encerrada
15	22/05/2026	Lúcia Rodrigues de Matos	43	0020524-23.2025.5.04.0384	Processos com instrução processual encerrada
Total:					15 processos

*processos em que proferida sentença entre a data da coleta de dados e a data do encerramento do relatório.

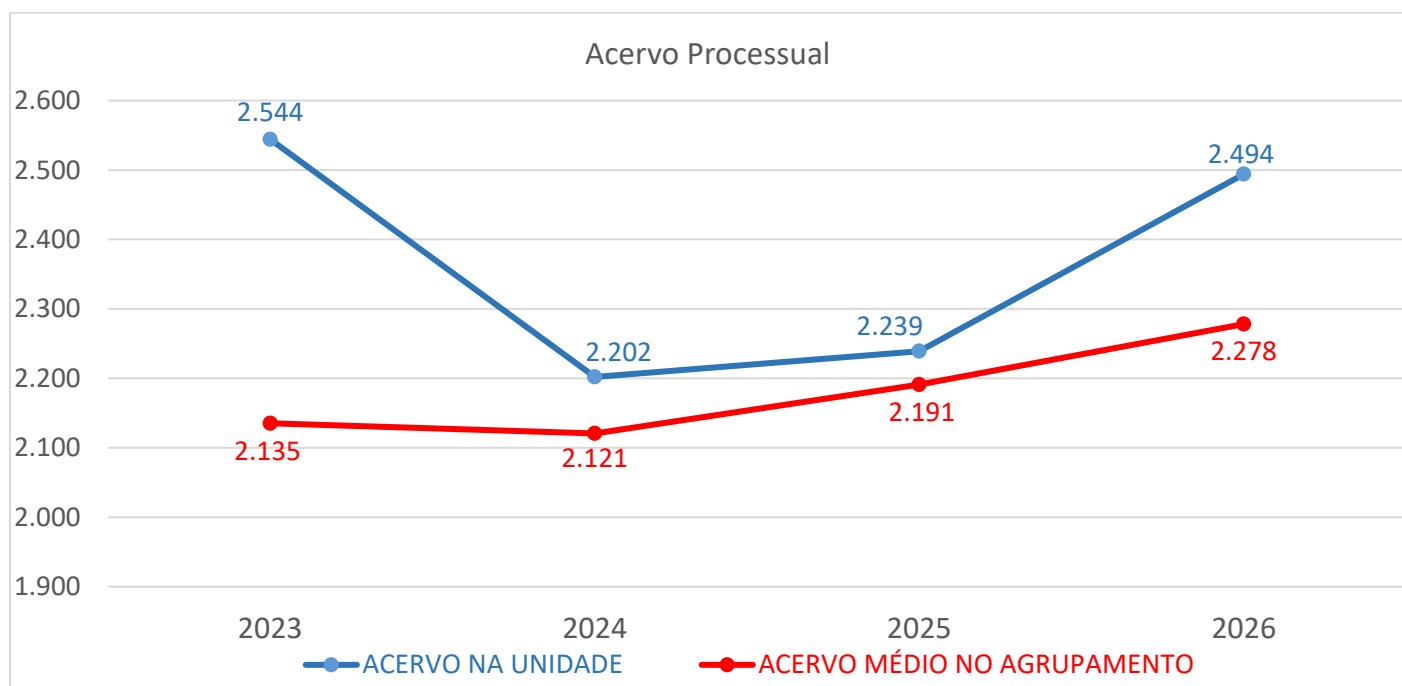
8 ACERVO

Corresponde ao total de processos tramitando na unidade.

Seu valor é obtido pelo somatório dos processos pendentes de finalização das fases de conhecimento, liquidação e execução, bem como das cartas precatórias e cartas de ordem pendentes de cumprimento.

EVOLUÇÃO DO ACERVO PROCESSUAL NA UNIDADE				
Item Estatístico	2023	2024	2025	2026 (até 30/06)
Pendentes de solução no conhecimento	399	315	398	676
Pendentes de finalização no conhecimento	549	352	359	309
Pendentes de finalização no cumprimento de sentença	1.584	1.527	1.475	1.503
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	12	8	7	6
ACERVO NA UNIDADE	2.544	2.202	2.239	2.494
ACERVO MÉDIO NO AGRUPAMENTO	2.135	2.121	2.191	2.278

* O item "pendentes de solução no conhecimento", se refere a processos nos quais ainda não foi prolatada sentença, ao passo que o item "pendentes de finalização no conhecimento", se refere a processos nos quais o mérito já foi julgado, mas ainda faltam atos formais para encerrar a fase de conhecimento.





9 PRAZO / IDADE MÉDIA (art.32, IV, da CPCGJT)

O tempo de tramitação processual será analisado em relação a dois aspectos: prazo médio e idade média.

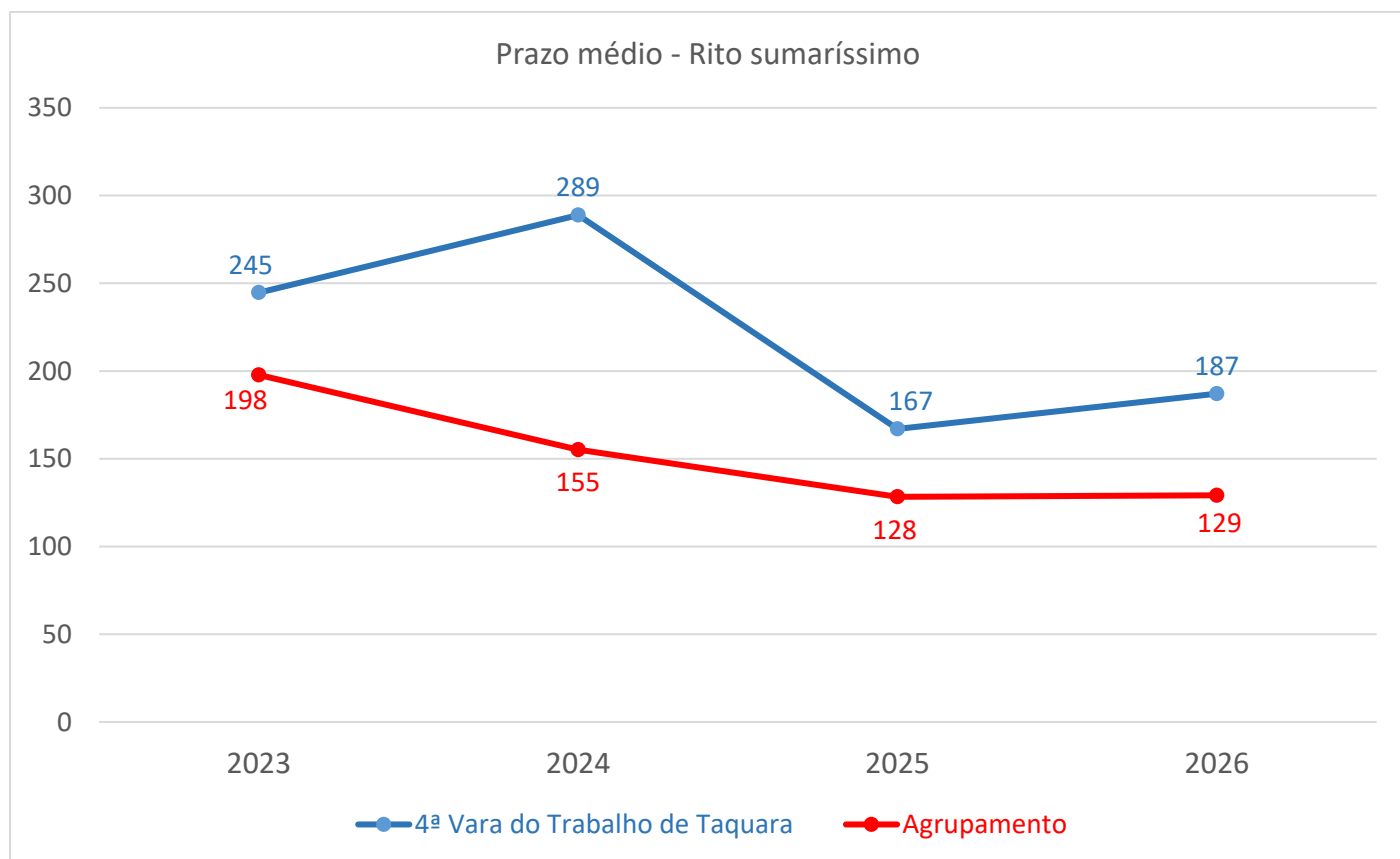
O prazo médio indica o tempo de tramitação em dias, em que um conjunto de processos esteve em determinada fase ou situação. Consideram-se apenas os processos que atingiram em um período de referência, o termo final da respectiva fase ou etapa. Indica, portanto, uma situação passada. Assim, o encerramento de processos mais antigos, gera um aumento do prazo médio de tramitação da unidade, e, portanto, um indicador de prazo médio alto não necessariamente é um aspecto negativo.

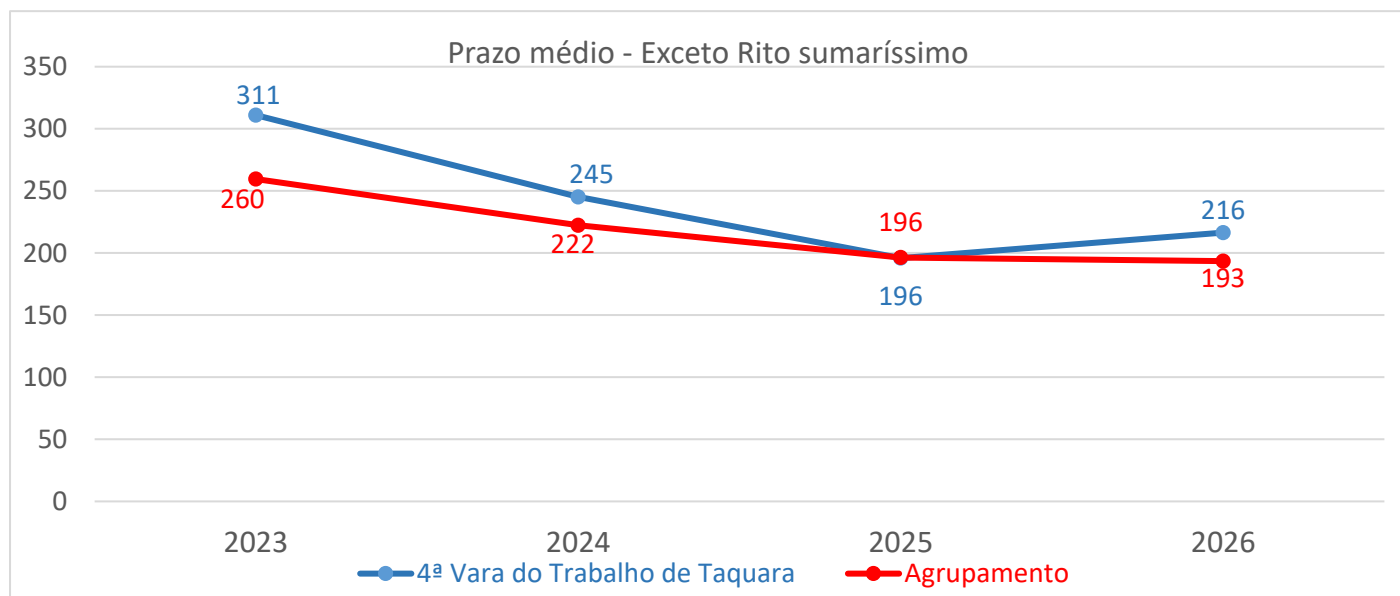
Já a idade média indica o tempo de tramitação em dias, em que um conjunto de processos está em determinada fase ou situação. Consideram-se, neste caso, os processos pendentes na respectiva etapa ou fase em um período de referência. Este índice representa a situação presente de um conjunto de processos.

9.1 PRAZO / IDADE MÉDIA NA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

a) Evolução anual do prazo médio na unidade

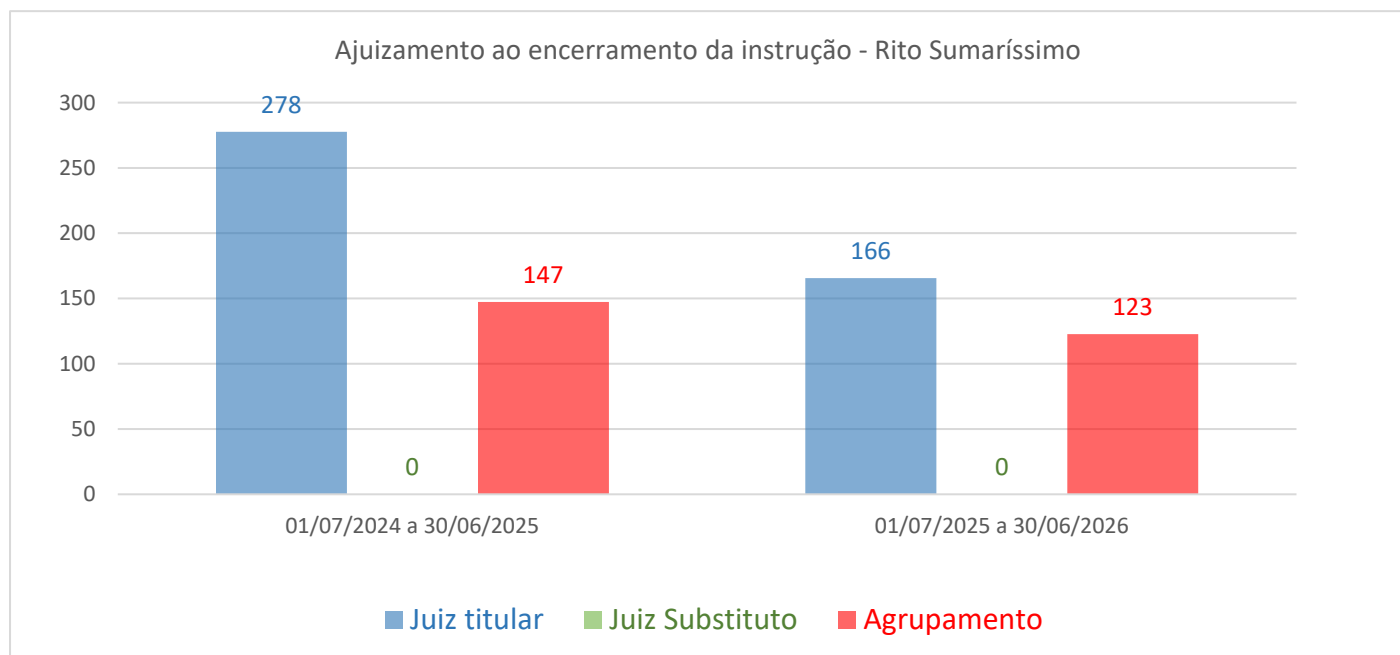
EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DO AJUIZAMENTO AO ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO					
Rito	Unidade	2023	2024	2025	2026 (até 30/06)
Sumaríssimo	4ª VT de Taquara	245	289	167	187
	Agrupamento	198	155	128	129
Exceto Sumaríssimo	4ª VT de Taquara	311	245	196	216
	Agrupamento	260	222	196	193





b) Desempenho dos Juízes lotados na unidade nos últimos 24 meses

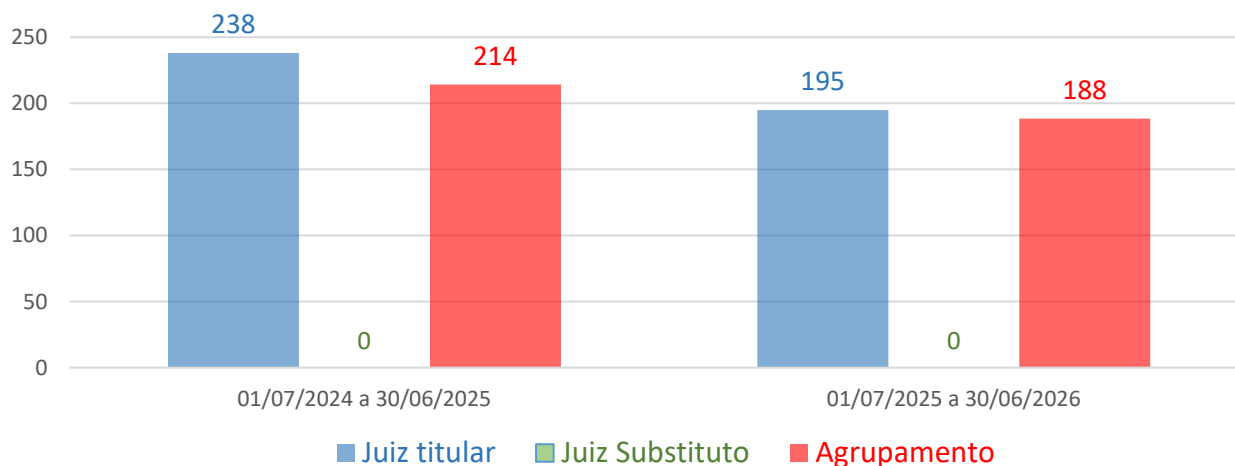
PRAZO MÉDIO DO AJUIZAMENTO AO ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO				
Rito	Cargo Judicial	01/07/2024 a 30/06/2025	01/07/2025 a 30/06/2026	Variação
Sumaríssimo	Juiz Titular	278	166	-40,35%
	Juiz Substituto	-	-	-
	Agrupamento	147	123	-16,72%
Exceto Sumaríssimo	Juiz Titular	238	195	-18,17%
	Juiz Substituto	-	-	-
	Agrupamento	214	188	-12,03%





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Ajuizamento ao encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo

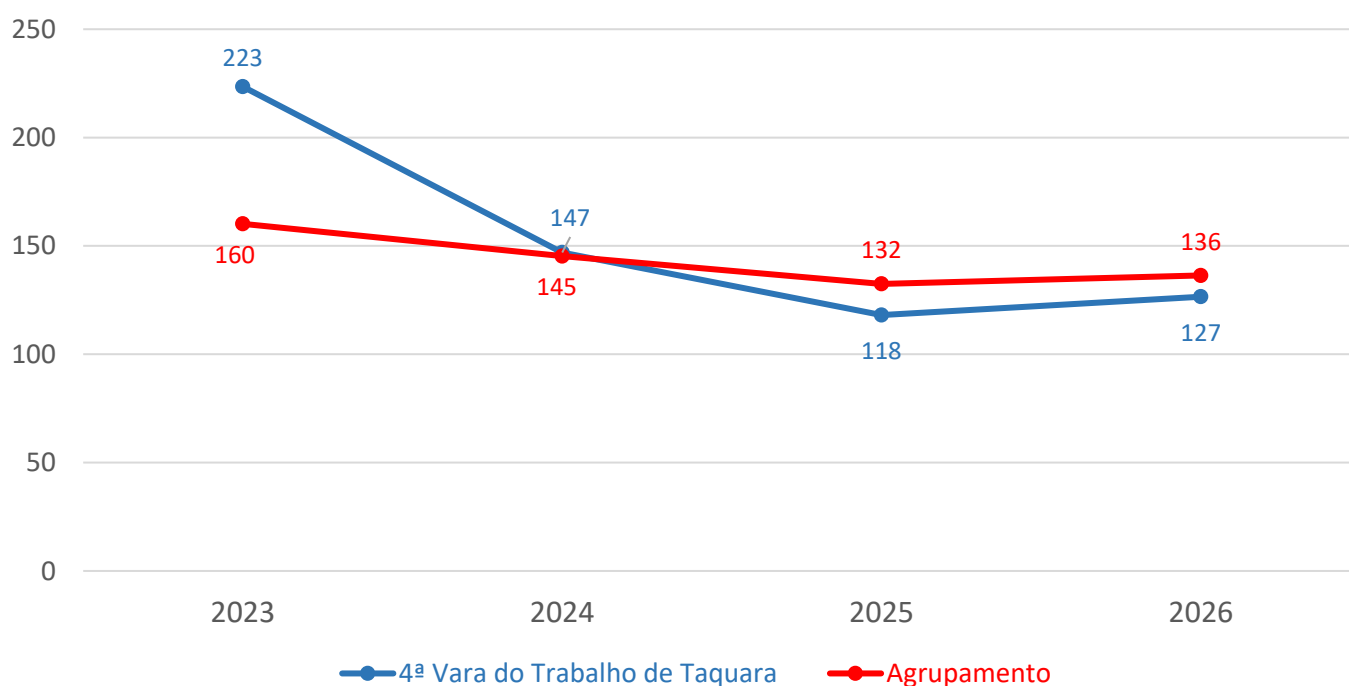


c) Idade média nos processos em instrução

IDADE MÉDIA DOS PROCESSOS EM INSTRUÇÃO

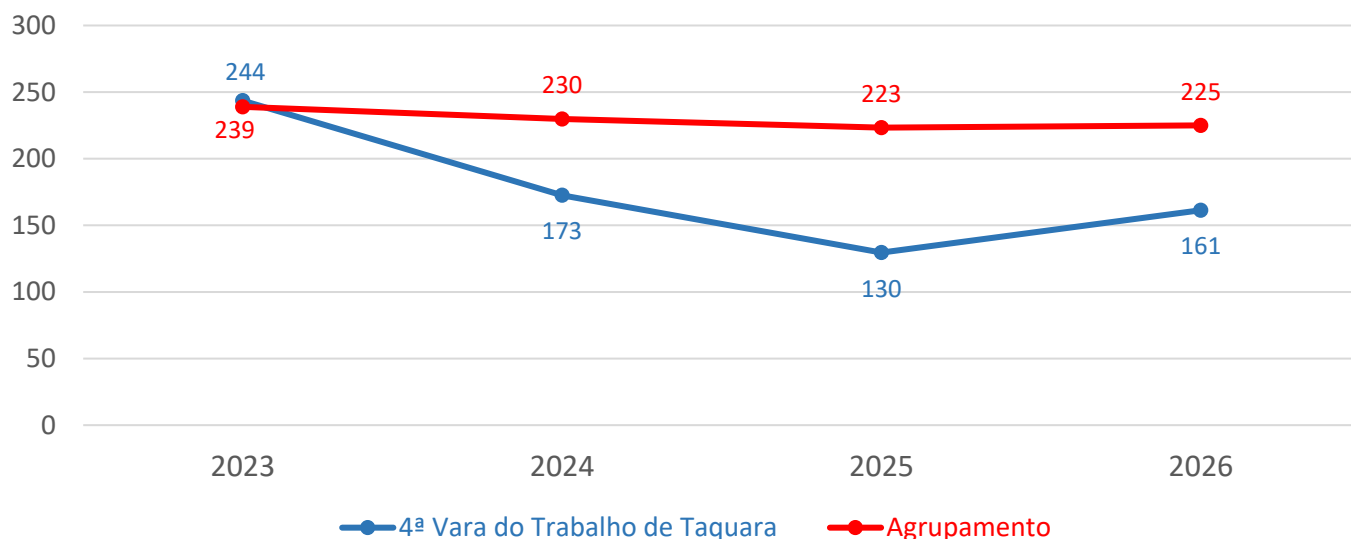
Rito	Unidade	2023	2024	2025	2026 (até 30/06)
Sumaríssimo	4ª VT de Taquara	223	147	118	127
	Agrupamento	160	145	132	136
Exceto Sumaríssimo	4ª VT de Taquara	244	173	130	161
	Agrupamento	239	230	223	225

Idade média dos processos em instrução - Rito sumaríssimo





Idade média dos processos em instrução - Exceto Rito sumaríssimo

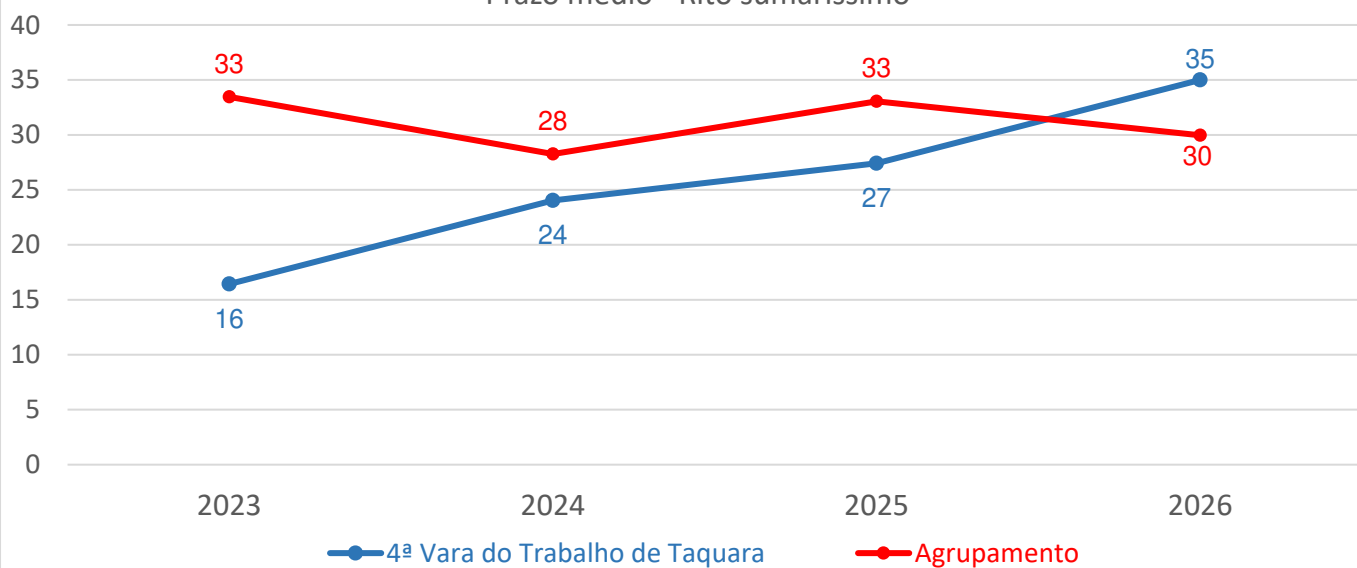


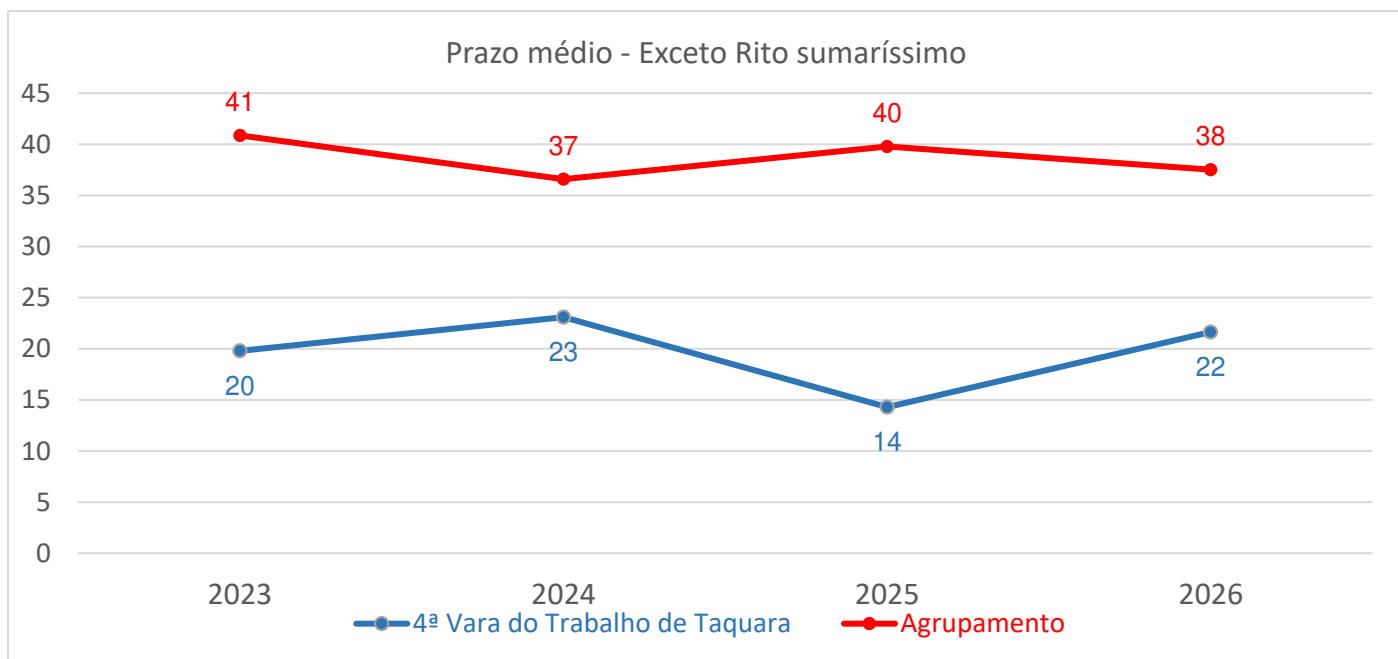
9.2 PRAZO MÉDIO DA CONCLUSÃO À SENTENÇA

a) Evolução anual do prazo médio na unidade

EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DA CONCLUSÃO À PROLAÇÃO DA SENTENÇA					
Rito	Unidade	2023	2024	2025	2026 (até 30/06)
Sumaríssimo	4ª VT de Taquara	16	24	27	35
	Agrupamento	33	28	33	30
Exceto Sumaríssimo	4ª VT de Taquara	20	23	14	22
	Agrupamento	41	37	40	38

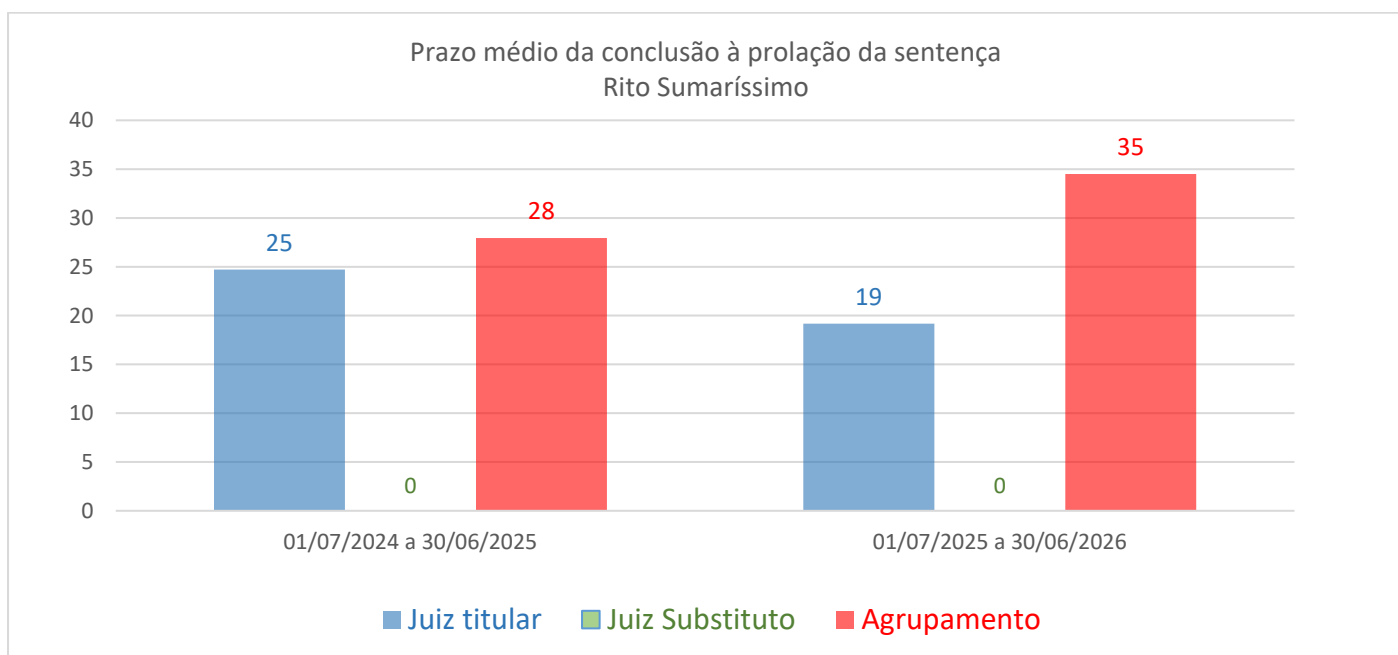
Prazo médio - Rito sumaríssimo





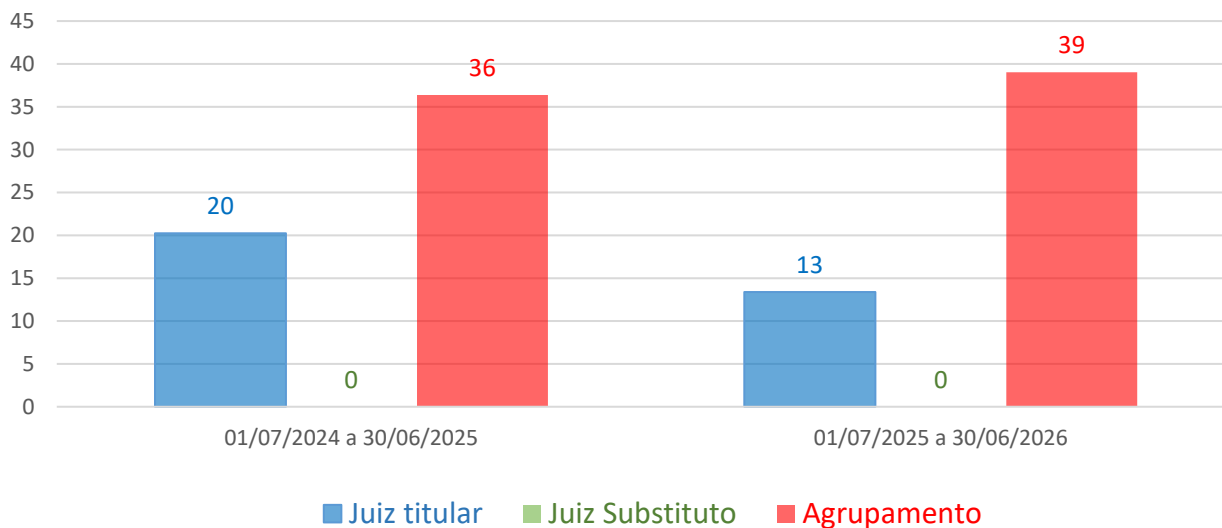
b) Desempenho dos Juízes lotados na unidade nos últimos 24 meses

PRAZO MÉDIO DA CONCLUSÃO À PROLAÇÃO DA SENTENÇA				
Rito	Cargo Judicial	01/07/2024 a 30/06/2025	01/07/2025 a 30/06/2026	Variação
Sumaríssimo	Juiz Titular	25	19	-22,43%
	Juiz Substituto	-	-	-
	Agrupamento	28	35	23,49%
Exceto Sumaríssimo	Juiz Titular	20	13	-33,90%
	Juiz Substituto	-	-	-
	Agrupamento	36	39	7,31%





Prazo médio da conclusão à prolação da sentença
Exceto Rito Sumaríssimo

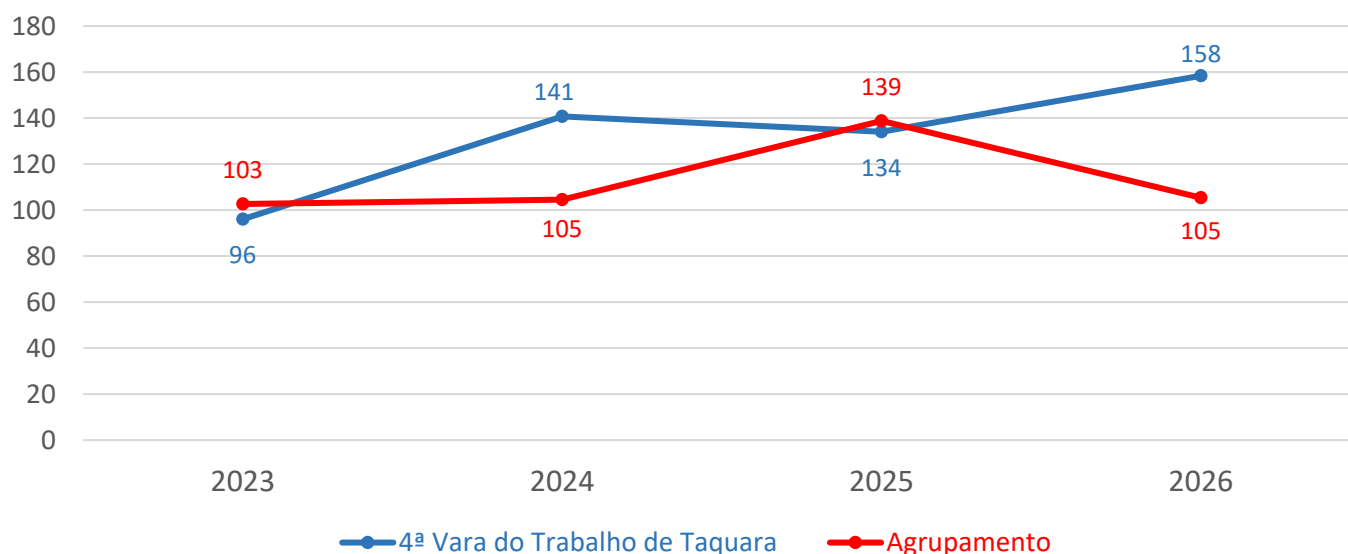


9.3 PRAZO MÉDIO DO INÍCIO AO ENCERRAMENTO DA LIQUIDAÇÃO

a) Evolução anual do prazo médio na unidade

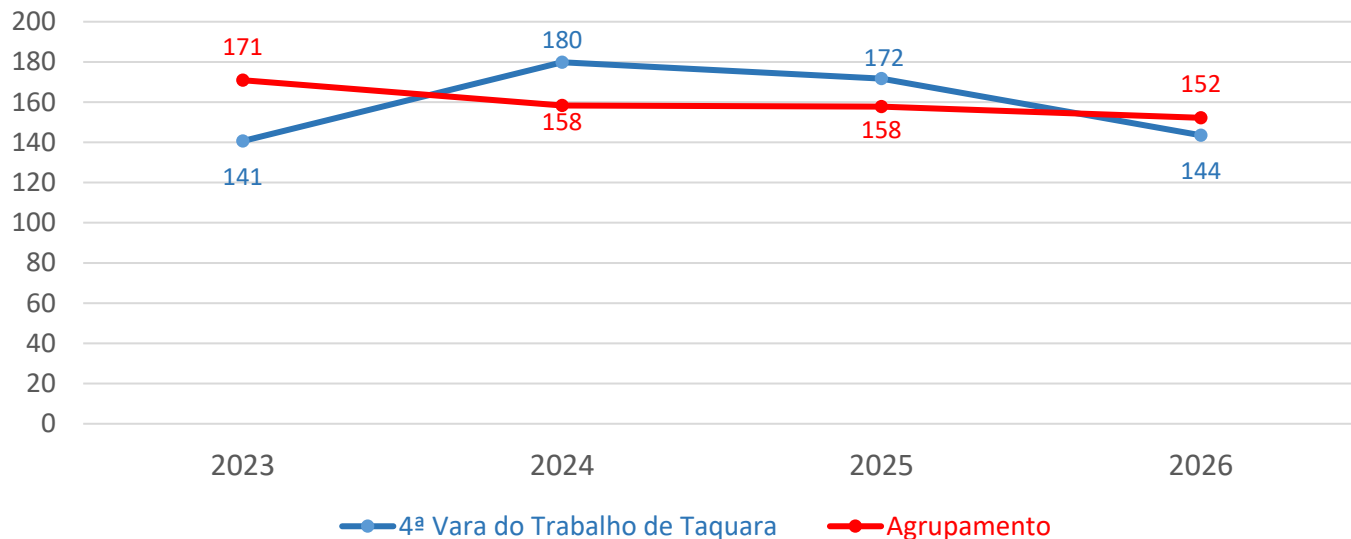
EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DO INÍCIO AO ENCERRAMENTO DA LIQUIDAÇÃO					
Rito	Unidade	2023	2024	2025	2026 (até 30/06)
Sumaríssimo	4ª VT de Taquara	96	141	134	158
	Agrupamento	103	105	139	105
Exceto Sumaríssimo	4ª VT de Taquara	141	180	172	144
	Agrupamento	171	158	158	152

Prazo médio - Rito sumaríssimo





Prazo médio - Exceto Rito sumaríssimo

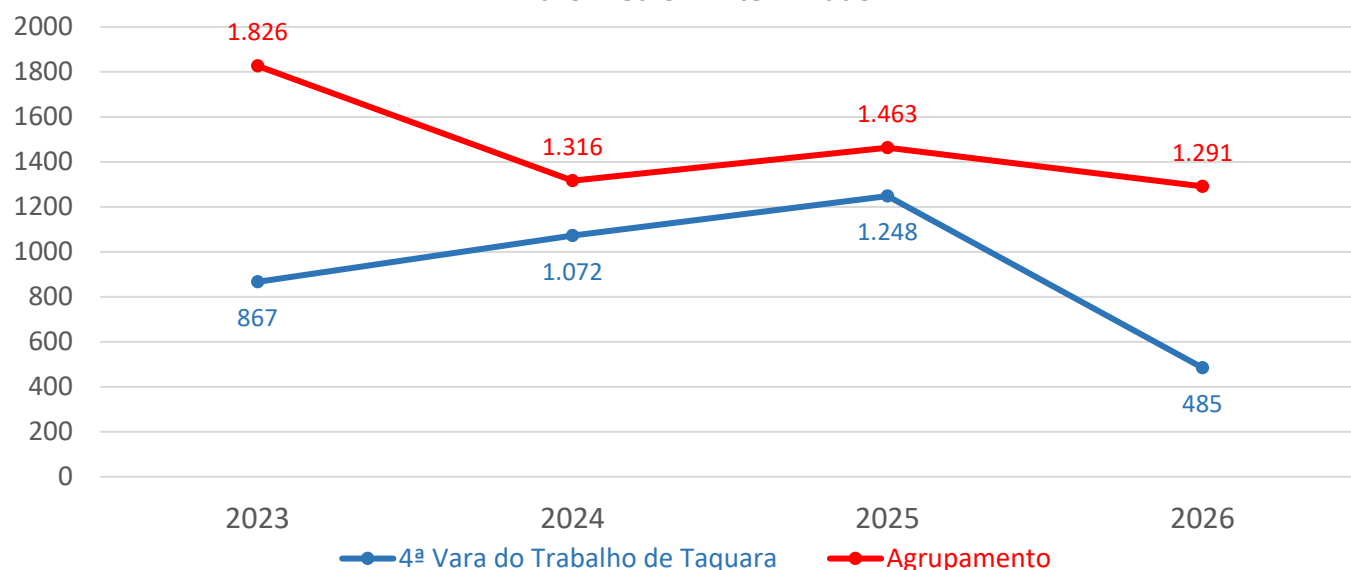


9.4 PRAZO / IDADE MÉDIA NA FASE DE EXECUÇÃO

a) Evolução anual do prazo médio na unidade

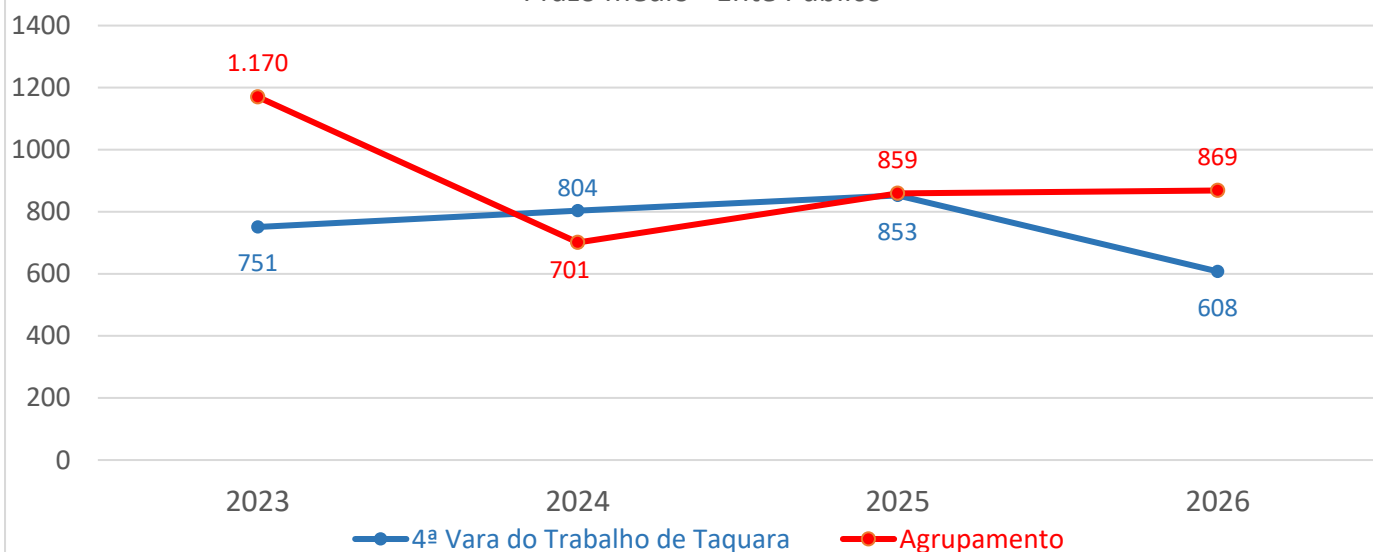
EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DO INÍCIO À EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO					
Rito	Unidade	2023	2024	2025	2026 (até 30/06)
Ente Privado	4ª VT de Taquara	867	1.072	1.248	485
	Agrupamento	1.826	1.316	1.463	1.291
Ente Público	4ª VT de Taquara	751	804	853	608
	Agrupamento	1.170	701	859	869

Prazo médio - Ente Privado





Prazo médio - Ente Público

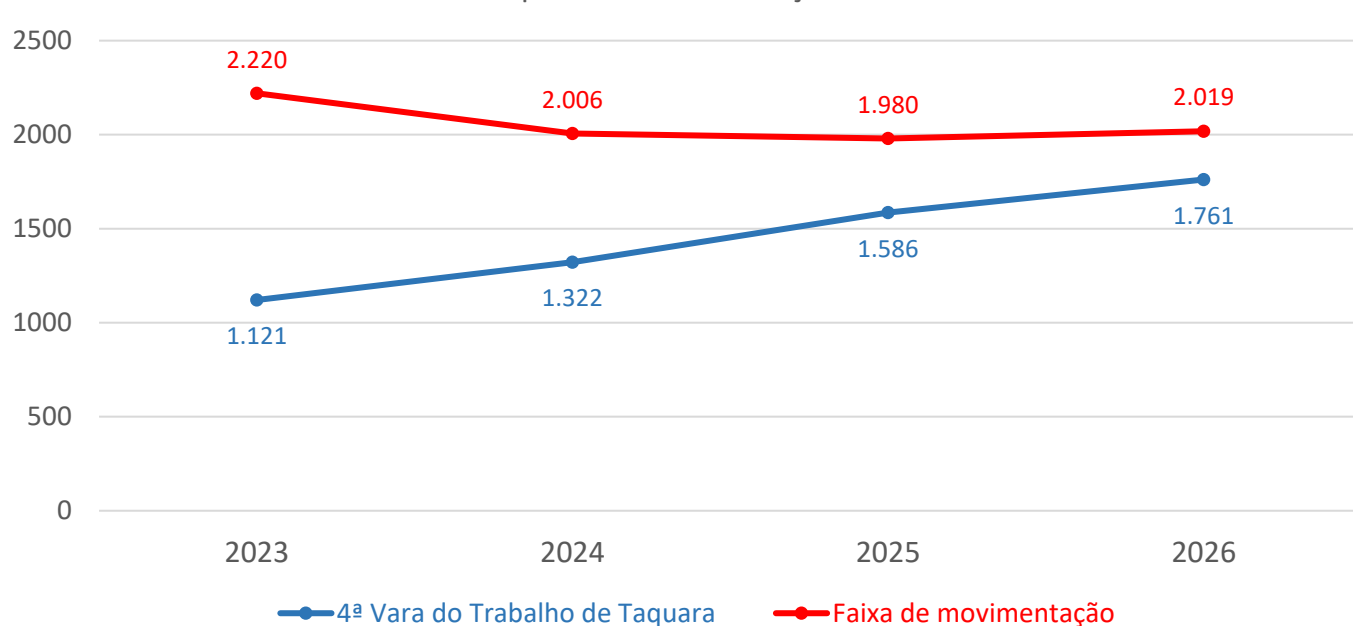


b) Idade média nos processos em execução

IDADE MÉDIA DOS PROCESSOS EM EXECUÇÃO

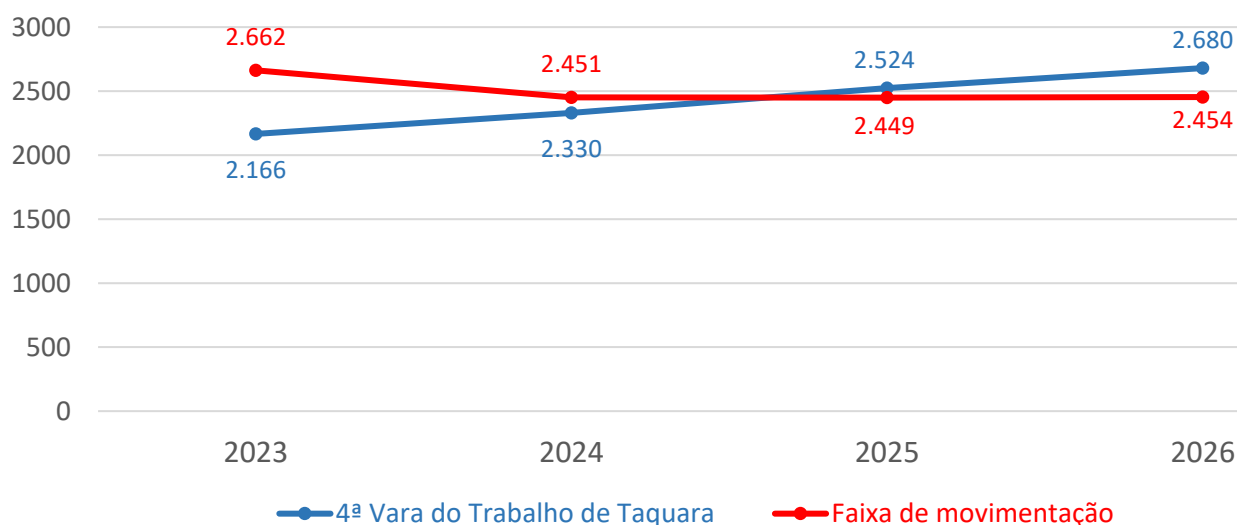
Rito	Unidade	2023	2024	2025	2026 (até 30/06)
Sumaríssimo	4ª VT de Taquara	1.121	1.322	1.586	1.761
	Agrupamento	2.220	2.006	1.980	2.019
Exceto Sumaríssimo	4ª VT de Taquara	2.166	2.330	2.524	2.680
	Agrupamento	2.662	2.451	2.449	2.454

Idade média dos processos em execução - Rito sumaríssimo





Idade média dos processos em execução - Exceto Rito sumaríssimo



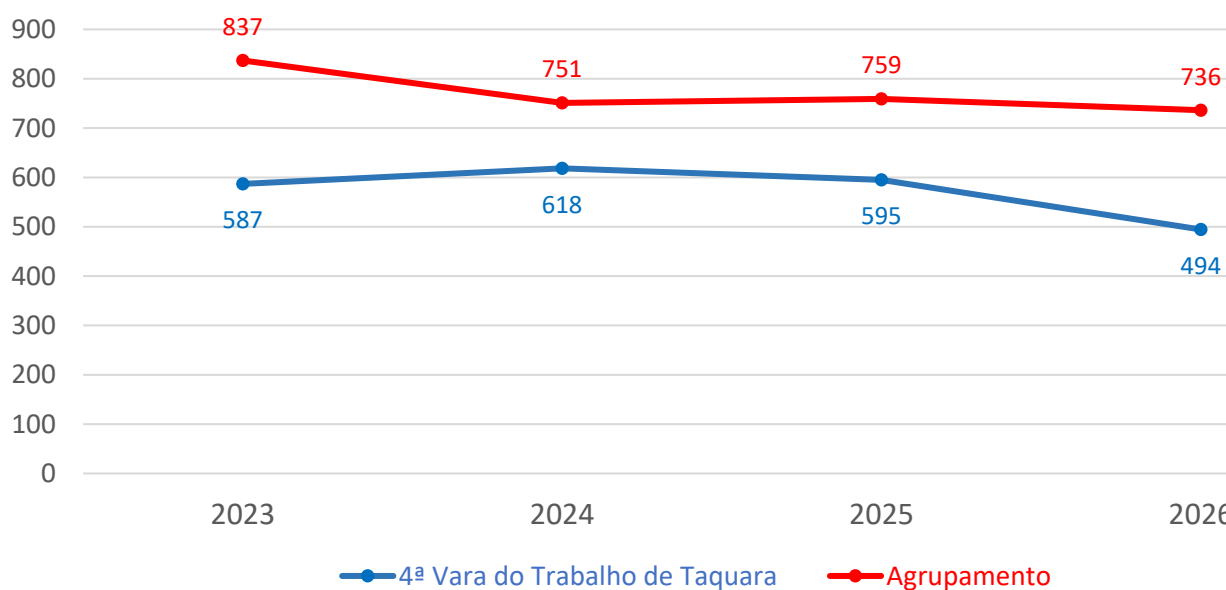
9.5 PRAZO / IDADE MÉDIA DA TRAMITAÇÃO TOTAL DO PROCESSO

a) Evolução anual do prazo médio na unidade

EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DO AJUIZAMENTO AO ARQUIVAMENTO DEFINITIVO

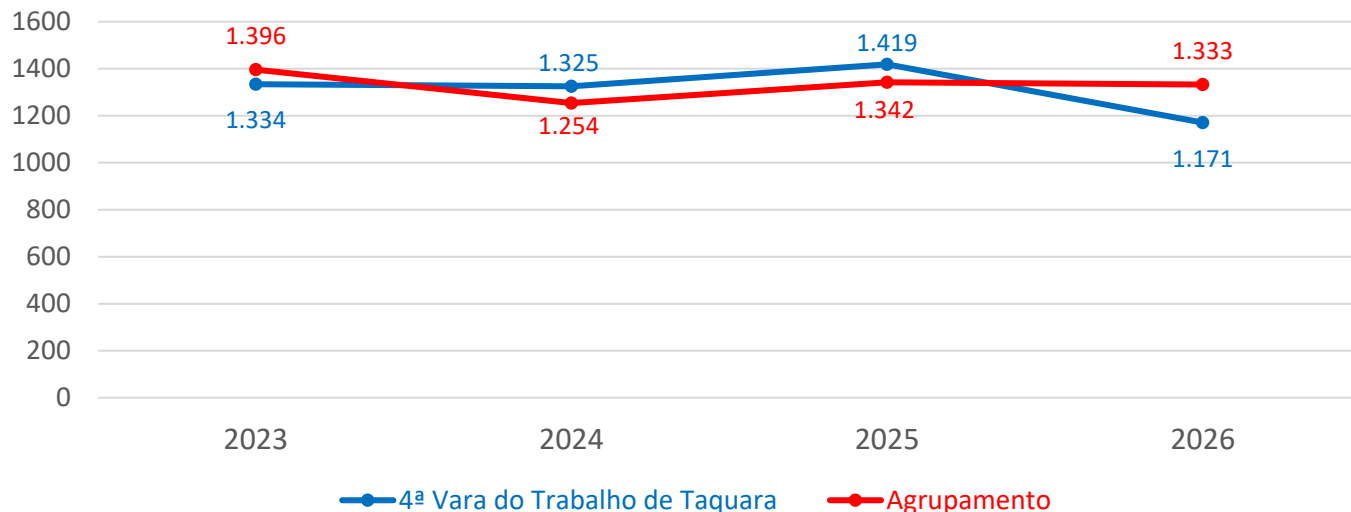
Rito	Unidade	2023	2024	2025	2026 (até 30/06)
Sumaríssimo	4ª VT de Taquara	587	618	595	494
	Agrupamento	837	751	759	736
Exceto Sumaríssimo	4ª VT de Taquara	1.334	1.325	1.419	1.171
	Agrupamento	1.396	1.254	1.342	1.333

Do ajuizamento ao arquivamento - Sumaríssimo





Do ajuizamento ao arquivamento - Exceto Sumaríssimo

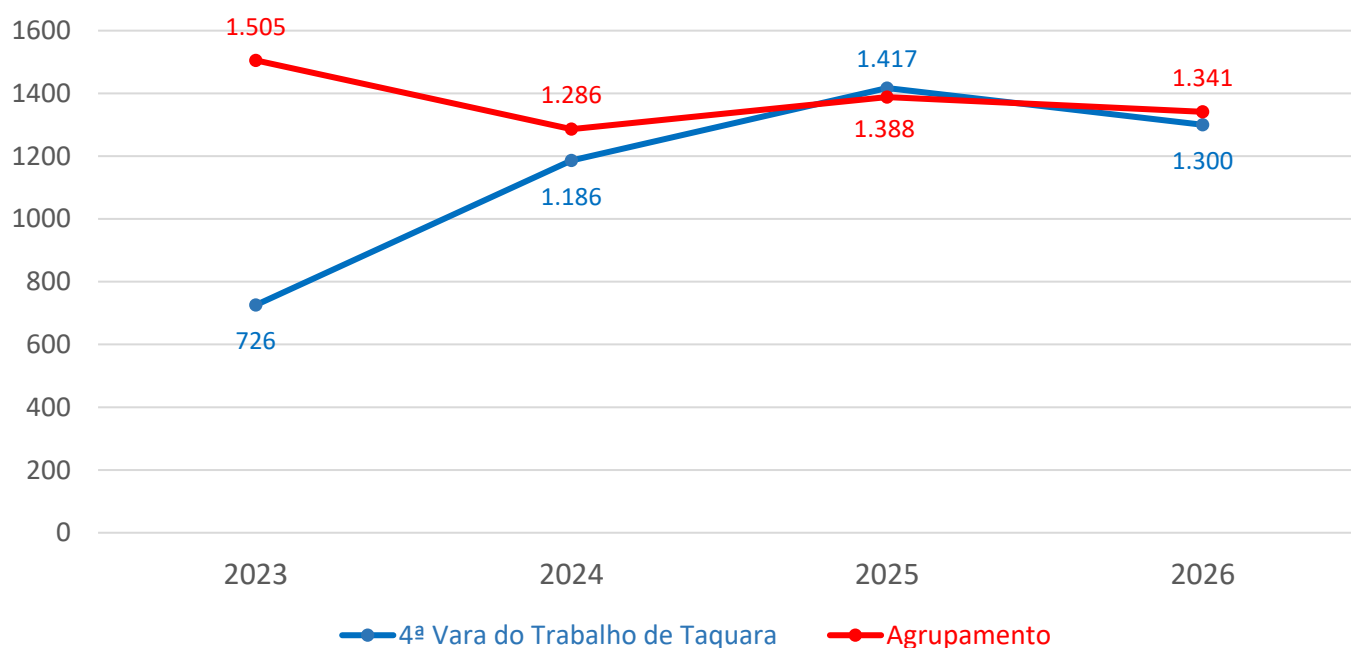


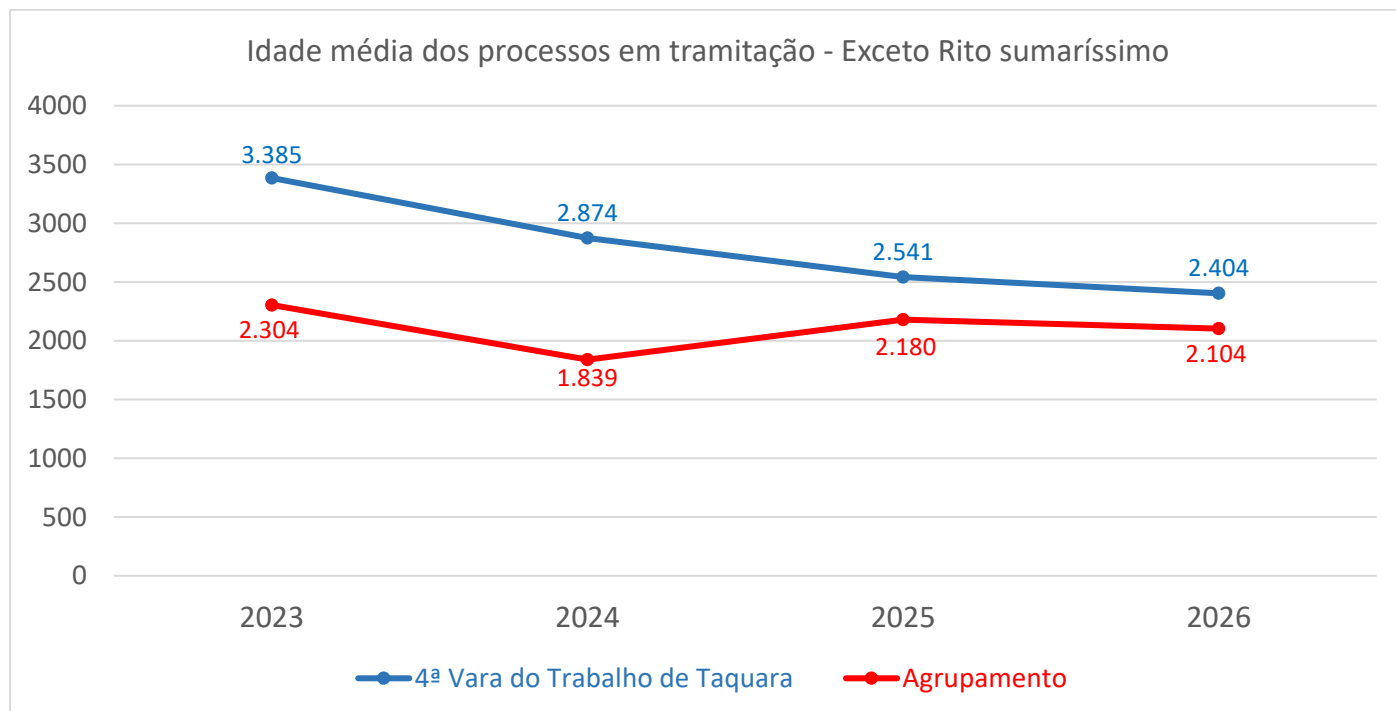
b) Idade média nos processos em tramitação

IDADE MÉDIA DOS PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO (CONTANDO TODAS AS FASES PROCESSUAIS)

Rito	Unidade	2023	2024	2025	2026 (até 30/06)
Sumaríssimo	4ª VT de Taquara	726	1.186	1.417	1.300
	Agrupamento	1.505	1.286	1.388	1.341
Exceto Sumaríssimo	4ª VT de Taquara	3.385	2.874	2.541	2.404
	Agrupamento	2.304	1.839	2.180	2.104

Idade média dos processos em tramitação - Rito sumaríssimo





10 AUTOINSPEÇÃO

A autoinspeção ordinária anual foi implementada neste Tribunal Regional pelo Provimento nº 275/2020 de 17/12/2020, em cumprimento às Diretrizes Estratégicas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça.

Conforme a Resolução Administrativa do Tribunal nº 38/2022, a autoinspeção é realizada no período de 07 a 20 de janeiro, tendo como escopo a adoção de providências visando à eliminação, ou redução de possível atraso dos serviços existentes nas unidades judiciárias.

Da análise do relatório constante no PROAD nº 7113/2025, a unidade judiciária detalha a situação em que se encontram os serviços no início e no término do período antes citado do ano de 2026, preenchendo o anexo constante do Provimento da Corregedoria Regional.

A partir do relatório constante no referido PROAD, esta Corregedoria Regional constata que a unidade apresentou evolução positiva em relação à antiguidade e à quantidade dos processos pendentes de exame e movimentação nas fases de conhecimento e liquidação, na tarefa Prazos Vencidos, bem como quanto às pendências no protocolo. Na fase de execução, houve manutenção em relação à antiguidade, mas houve redução na quantidade de processos.

No tocante às audiências, permaneceu em 159, o número de processos em instrução fora de pauta, e em 2, a quantidade de processos em instrução da Meta 2 fora de pauta.

A unidade informa que a situação das atividades pendentes apresentou redução dos números para alvarás para expedir e conferir, mandados devolvidos pendentes de análise, novos depósitos judiciais, processos aguardando o lançamento de cálculos, processos aguardando na tarefa Triagem Inicial, processos na Tarefa Recebimento de instância superior e processos na tarefa Remeter ao 2º Grau. O número de mandados pendentes com prazo vencido e SISBAJUD, permaneceu em zero. Não houve alteração na quantidade de depósitos pendentes no GARIMPO. Por outro lado, houve aumento dos números para comunicações e expedientes.

11 METAS DO CNJ, IGEST E SELO DE EXCELÊNCIA

11.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2025



11.1.1 Meta 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos de 20/12/2024 a 19/12/2025, excluídos os suspensos e sobrestados de 20/12/2024 a 19/12/2025.

META 1/2025 CNJ			
Distribuídos entre 20/12/2024 e 19/12/2025	Solucionados entre 20/12/2024 e 19/12/2025	Meta para 2025	Resultado
723	774	724	Meta cumprida
Taxa de Congestionamento Líquida no Conhecimento (TCLC)			
TCLC 2025	Cláusula de Barreira	Resultado	
41,2%	< 40%	-	

Fonte: CSJT – Painel de Gestão de Metas da Justiça do Trabalho – Ano 2025

*Segundo o Glossário das Metas de 2025, considera-se a Meta 1 cumprida, mediante o atendimento de um dos seguintes critérios: julgamento de um volume de processos de conhecimento superior ao número de processos distribuídos no mesmo ano, ou o indicador Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Conhecimento do Justiça em Números em 2025, ser inferior a 40%.

** Os dados acima apuram o cumprimento da Meta 1 CNJ pela unidade judiciária, não possuindo os mesmos critérios para apuração do cumprimento dos requisitos para pagamento de GECJ e LC.

11.1.2 Meta 2 - Identificar e julgar até 31/12/2025, pelo menos, 94% dos processos distribuídos até 31/12/2023, nos 1º e 2º graus e 100% dos processos pendentes de julgamento há 5 anos (2020) ou mais.

META 2/2025 CNJ				
Processos distribuídos até 31/12/2023 e não julgados até 31/12/2024	Processos distribuídos até 31/12/2023 e julgados entre 01/01/2025 e 31/12/2025	Processos suspensos	Meta para 2025	Resultado
391	388	3	365	Meta cumprida
Processos distribuídos até 31/12/2020 e não julgados até 31/12/2024	Processos distribuídos até 31/12/2020 e julgados entre 01/01/2025 e 31/12/2025	Processos suspensos	Meta para 2025	Resultado
0	0	0	0	Meta cumprida

Fonte: CSJT – Painel de Gestão de Metas da Justiça do Trabalho – Ano 2025

11.1.3 Meta 3 - Aumentar o índice de conciliação em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio 2022/2023 ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação.

META 3/2025 CNJ			
Índice de Conciliações no biênio 2022/2023	Índice de Conciliações em 2025	Meta para 2025 (mínimo)	Resultado
64,6%	65,0%	38,0%	Meta cumprida

Fonte: CSJT – Painel de Gestão de Metas da Justiça do Trabalho – Ano 2025

11.1.4 Meta 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2024. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40%. Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.

META 5/2025 CNJ				
	Índice de 2024	Índice de 2025	Meta para 2025 (máximo)	Resultado
Taxa de congestionamento líquida	35,2%	38,1%	40,0%	Meta cumprida

*Segundo o Glossário das Metas de 2025, a taxa de congestionamento mede o percentual de processos que ficaram parados sem solução, em relação ao total tramitado no período de um ano. Não são computados os processos suspensos, sobrestados, ou em arquivo provisório.

Fonte: módulo de Produtividade Mensal do CNJ

<https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/>



11.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2026

11.2.1 Meta 1 - *Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos de 20/12/2025 a 19/12/2026, excluídos os suspensos e sobrestados de 20/12/2025 a 19/12/2026.*

META 1/2026 CNJ				
Distribuídos entre 20/12/2025 e 08/07/2026	Solucionados entre 20/12/2025 e 08/07/2026	Suspensos ou remetidos a outras unidades	Meta para 2026 (valor provisório)	Resultado parcial
522	214	19	504	Indicativo de não cumprimento da meta
TCLC 2026		Cláusula de Barreira		Resultado parcial
52,8%		< 40%		Indicativo de não cumprimento da meta

Fonte: CSJT – Painel de Gestão de Metas da Justiça do Trabalho – Ano 2026

****Segundo o Glossário das Metas de 2026, considera-se a Meta 1 cumprida, mediante o atendimento de um dos seguintes critérios:** julgamento de um volume de processos de conhecimento superior ao número de processos distribuídos no mesmo ano, ou o indicador Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Conhecimento do Justiça em Números, em 2025, ser inferior a 40%.

***** Os dados acima apuram o cumprimento da Meta 1 CNJ pela unidade judiciária, não possuindo os mesmos critérios para apuração do cumprimento dos requisitos para pagamento de GECJ e LC.**

11.2.2 Meta 2 – *Identificar e julgar, desconsiderados os processos que estiverem suspensos ao final de 2026 ou que forem dessobrestados durante o ano de 2026, pelo menos 94% dos processos distribuídos até 31/12/2024 nos 1º e 2º graus e 99% dos processos pendentes de julgamento há 5 anos (2021) ou mais.*

META 2/2026 CNJ				
Processos distribuídos até 31/12/2024 e não julgados até 31/12/2025	Processos distribuídos até 31/12/2024 e julgados entre 01/01/2026 e 08/07/2026	Processos suspensos	Meta para 2026	Resultado parcial
309	306	0	291	Meta já cumprida
Processos distribuídos até 31/12/2021 e não julgados até 31/12/2025	Processos distribuídos até 31/12/2021 e julgados entre 01/01/2026 e 08/07/2026	Processos suspensos	Meta para 2026	Resultado parcial
0	0	0	0	Meta já cumprida

Fonte: CSJT – Painel de Gestão de Metas da Justiça do Trabalho – Ano 2026

11.2.3 Meta 3 - *Aumentar o índice de conciliação em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio 2023/2024 ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação.*

META 3/2026 CNJ			
Índice de Conciliações no biênio 2023/2024	Índice de Conciliações em 08/07/2026	Meta para 2026 (mínimo)	Resultado parcial
65,5%	80,1%	38,0%	Indicativo de cumprimento da meta

Fonte: CSJT – Painel de Gestão de Metas da Justiça do Trabalho – Ano 2026

11.2.4 Meta 5 - *Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2025, ou alcançar taxas de, no máximo, 40% na fase de conhecimento e 45% na fase de execução.*

META 5/2026 CNJ				
	Índice de 2025	Índice em 31/05/2026	Meta para 2026 (máximo)	Resultado parcial
Taxa de congestionamento líquida	38,1%	45,7%	40,0%	Indicativo de não cumprimento da meta



*Segundo o Glossário das Metas de 2026, a taxa de congestionamento mede o percentual de processos que ficaram parados sem solução, em relação ao total tramitado no período de um ano. Não são computados os processos suspensos, sobrestados, ou em arquivo provisório.

Fonte: módulo de Produtividade Mensal do CNJ

<https://painel-estatistica.stg.cloud.cnj.jus.br/estatisticas.html>

11.3 IGEST - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO

O Índice Nacional de Gestão do Desempenho da Justiça do Trabalho – IGEST, foi desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a partir do Mapeamento Global de Desempenho dos Tribunais Regionais do Trabalho da 3ª e da 15ª Regiões, bem como de estudos realizados pela Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do Tribunal Superior do Trabalho, com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das Varas do Trabalho.

Para tanto, dispõe de mesoindicadores (Acervo, Celeridade, Produtividade, Taxa de Congestionamento e Força de Trabalho), que são compostos por 13 indicadores construídos com base em 17 variáveis utilizando dados oficiais do Sistema e-Gestão dos últimos 12 (doze) meses anteriores à sua extração, referentes às Varas do Trabalho instaladas no país, que estiveram em funcionamento durante todo o período de apuração. Os indicadores estão padronizados em um intervalo que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 0, mais satisfatório é o desempenho da Vara; quanto mais próximo de 1, mais insatisfatório é o seu desempenho.

No âmbito deste Tribunal Regional, no período de 01/07/2024 a 30/06/2025, a 4ª Vara do Trabalho de Taquara alcançou a 15ª classificação geral. No país, a unidade judiciária está na posição 702 de 1.570 Varas do Trabalho.

IGEST - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO			
Período de Referência	Faixa de Casos Novos	Colocação Regional	Colocação Nacional
01/07/2024 a 30/06/2025	Inferior a 1000	15ª	702ª

11.4 SELO DE EXCELÊNCIA DA CORREGEDORIA REGIONAL

O Selo de Excelência do 1º Grau, concedido por esta Corregedoria Regional por meio da concessão de placa de premiação às Varas do Trabalho pelo esforço dos servidores e Magistrados, tem como objetivo conceder anualmente, certificação às unidades judiciárias de 1º Grau, que alcançarem os níveis de produtividade definidos em Edital, com base nas Metas fixadas a cada ano pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e por este Tribunal, de forma a incentivar a adoção e divulgação das iniciativas exitosas envolvendo os colaboradores, com vistas à melhoria gradual na entrega efetiva da prestação jurisdicional.

SELO DE EXCELÊNCIA DA CORREGEDORIA REGIONAL em 2025		
Desafio	Resultado atingido	Pontuação obtida
Desafio 1 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos de 20/12/2024 a 19/12/2025, excluídos os suspensos no período respectivo. Cláusula de barreira: TCLC < 40%.	TCLC em 2025: 39,4%	20/20
Desafio 2 – Identificar e julgar, até o final do ano civil da leitura do selo, pelo menos 94% dos processos distribuídos até 31 de dezembro de 2023, bem como 100% dos processos distribuídos até 31 de dezembro de 2020.	105,99%	20/20
Desafio 3 – Finalizar, durante o ano civil da leitura do selo, quantidade maior de Cumprimentos de Sentença e de Execução de Título Extrajudicial, do que as iniciadas no respectivo período.	116,88%	15/15
Desafio 4 – Reduzir, até o final do ano civil da leitura do selo, a taxa de congestionamento líquida (TCL) em relação a 2024. Cláusula de barreira: TCL < 40%.	TCL em 2025: 31,7%	15/15
Desafio 5 – Reduzir o tempo médio dos processos em instrução processual.	119,00	8/10
Desafio 6 – Reduzir o tempo médio dos processos em execução forçada.	2.349,00	4/10



Desafio 7 – Reduzir a quantidade de processos conclusos para prolação da sentença com prazo vencido.	0	10/10
Total de Pontos	92 (Mínimo de 70 pontos)	
Certificação	Recebeu o Selo de Excelência da Corregedoria Regional	

Fonte: https://dados.trt4.jus.br/extensions/Selo_Excelencia_1G_2025/Selo_Excelencia_1G_2025.html

12 PJE – ANÁLISE DO PAINEL GLOBAL DA UNIDADE NO SISTEMA PJE

O Painel Global do Sistema PJe, apresenta o acervo de processos eletrônicos da Vara do Trabalho dividido em diversas tarefas e permite a análise da organização e da pontualidade do trabalho da unidade.

Segundo informação da Diretora, a unidade realiza a conclusão imediata dos processos aptos a julgamento (Sentenças de Conhecimento, Incidentes de Execução e Embargos de Declaração), na forma do art. 130, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional.

12.1 TAREFAS DO PAINEL GLOBAL

Os quantitativos de processos alocados em algumas tarefas do Painel Global do PJe da 4ª Vara do Trabalho de Taquara, em 29/07/2026, constam das tabelas a seguir.

Tarefa	Quantidade de processos	Processo mais antigo na tarefa desde
Arquivo (chip - Arquivado Definitivamente)	-	-

Observações: observa-se que em alguns processos na tarefa Arquivo - Chip Arquivado Definitivamente, a unidade mantém a aposição de GIGS de atividade, sistemática que prejudica o controle dos processos por meio dos filtros do PJe.

Recomendações: recomenda-se à unidade a revisão dos processos na tarefa Arquivo - Chip Arquivado Definitivamente - para revisão e conclusão/exclusão das atividades no GIGS, com vistas à melhoria do controle dos processos por meio dos filtros do PJe. Recomenda-se, ainda, que a unidade passe a concluir ou excluir os GIGS por ocasião do arquivamento definitivo dos feitos.

Tarefa	Quantidade de processos	Processo mais antigo na tarefa desde
Cumprimento de Providências	228	26/05/2025

Observações: constata-se que a unidade mantém processos na tarefa Cumprimento de Providências, para designação de audiências, efetivação de convênios eletrônicos, bem controle manual de prazos em geral, estes não decorrentes de expedientes com controle automático pelo Sistema PJe, dentre outros motivos. Há aposição de GIGS de tipo de atividade e prazo nos processos, possibilitando o controle do cumprimento das tarefas pela Secretaria. Observa-se, contudo, 58 processos com prazos de GIGS vencidos, sem análise e movimentação pela Secretaria, além de 90 processos sem GIGS de atividade e/ou prazo.

Recomendações: recomenda-se a revisão dos processos na tarefa Cumprimento de Providências, para inclusão de GIGS com prazo e atividade em todos os feitos, bem como para análise e movimentação dos processos com GIGS referentes a diligências com prazos vencidos.

Tarefa	Quantidade de processos	Processo mais antigo na tarefa desde
Aguardando prazo	500	18/12/2025

Observações: percebe-se a regularidade do fluxo dos processos, visto que não localizados processos represados na tarefa.

Recomendações: não há.

Tarefa	Quantidade de processos	Processo mais antigo na tarefa desde
Aguardando final do sobrestamento	896	11/10/2019

Observações: observa-se sistemática de organização dos processos sobrestados por meio do prazo de sobrestamento na tarefa e pela inclusão de GIGS de prazo. Sinala-se, contudo, a existência de 240 processos com prazo do sobrestamento vencido na tarefa e no GIGS, sem movimentação pela unidade, bem como mais de 100 processos sem GIGS de prazo e/ou atividade.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Recomendações: recomenda-se a revisão dos processos na tarefa Aguardando Final do Sobrestamento, para conferência dos motivos que justificaram os sobrestamentos, movimentação dos processos, bem como inclusão de GIGS com prazo e atividade, para melhoria do controle de feitos sobrestados.

Tarefa	Quantidade de processos	Processo mais antigo na tarefa desde
Aguardando Audiência	103	12/03/2026

Observações: constata-se a alocação de processos na tarefa para aguardo da realização da audiência. Observa-se, contudo, processos com audiência já realizada, sem movimentação para a tarefa correspondente.

Recomendações: recomenda-se a revisão dos processos na tarefa Aguardando Audiência, a fim de que sejam mantidos somente os processos nos quais pendente unicamente o aguardo da solenidade já designada no processo e no sistema PJe. Os demais processos deverão ser movimentados para as tarefas específicas, a exemplo da tarefa Cumprimento de Providências.

Tarefa	Quantidade de processos	Processo mais antigo na tarefa desde
Prazos vencidos	145	06/03/2026

Observações: no momento da análise do painel da unidade, havia processo na tarefa há mais de 4 meses.

Recomendações: recomenda-se a revisão dos feitos mantidos na tarefa Prazos Vencidos, para análise e prosseguimento.

Tarefa	Quantidade de processos	Processo na tarefa desde
Conclusão ao Magistrado	1	14/05/2025

Observações: constata-se a manutenção inadequada de processo na tarefa Conclusão ao Magistrado, etapa que antecede à definição do magistrado e do tipo de conclusão no PJe.

Recomendações: recomenda-se a revisão do feito represado na tarefa Conclusão ao Magistrado, para adequada movimentação processual.

Tarefa	Quantidade de processos	Processo na tarefa desde
Análise	20	08/05/2026

Observações: observa-se que a maioria dos processos alocados na tarefa Análise decorrem do fluxo do PJe, por conta de assinatura de despacho ou alvará pelo (a) magistrado (a). Sinala-se a existência de processos sem GIGS de prazo e/ou atividade, assim como outros com prazo do GIGS vencido.

Recomendações: recomenda-se a revisão dos processos na tarefa Análise, para: - destinação dos processos para as tarefas específicas, a exemplo de Cumprimento de Providências (para decurso de prazos, designação de audiências, lançamento de certidões de cálculo, efetivação de ferramentas eletrônicas) e Preparar Comunicações e Expedientes (para expedição de mandados, alvarás...); - inclusão de GIGS com prazo e descrição da atividade pendente em todos os processos da tarefa; - verificação e prosseguimento dos processos com prazo do GIGS vencido.

Recomenda-se, como medida de manutenção da organização do fluxo dos processos, a revisão sistemática da tarefa Análise, para destinação dos processos para as tarefas específicas e adequadas à tramitação processual, porquanto a tarefa se destina à alocação de feitos por um período curto de tempo, apenas para trâmite entre as demais tarefas do PJe. Cumpre observar, ainda, que a tarefa Análise deve ser periodicamente revisada para identificação de processos despachados/sentenciados pelo (a) magistrado (a), nos quais não tenha havido intimação automática e que demandem a expedição de intimações e o cumprimento de outras providências pela Secretaria.

Tarefa	Quantidade de processos	Processo mais antigo na tarefa desde
Comunicações e Expedientes	64	25/08/2025

Observações: verifica-se que a unidade mantém no agrupador Comunicações e Expedientes, processos para criação e revisão de expedientes ou comunicações, designação de audiências, expedição de precatório/RPV, processos nos quais a atividade relativa à tarefa já foi cumprida, processos movimentados para a tarefa em decorrência do fluxo automático do PJe, aos quais não foi dado seguimento pela Secretaria, dentre outros motivos. Verifica-se que há processos represados na tarefa por período superior a 11 meses.



Recomendações: recomenda-se a revisão sistemática dos processos na tarefa Preparar Expedientes e Comunicações, para manutenção somente dos processos que aguardam a criação ou revisão de expedientes e comunicações, com inclusão de GIGS de prazo e descrição da atividade pendente.

Tarefa	Quantidade de processos	Processo mais antigo na tarefa desde
Minutar despacho	15	30/04/2026
Observações: constata-se a manutenção de processos com minutas de despachos não encaminhadas para análise do (a) Magistrado (a).		
Recomendações: recomenda-se a conclusão das minutas, análise e movimentação dos feitos represados na tarefa Minutar Despacho, para melhoria da tramitação dos processos.		

Tarefa	Quantidade de processos	Processo mais antigo na tarefa desde
Novos Processos	13	19/05/2026
Observações: percebe-se a regularidade do fluxo dos processos no agrupador Novos Processos, atinente à Triagem Inicial, Iniciar Liquidação, Iniciar Execução e Apreçar Dependência, com datas recentes de movimentação, com exceção dos processos de maio e de 1º de junho.		
Recomendações: recomenda-se a análise e o prosseguimento dos feitos represados no agrupador Novos Processos, para observância do disposto nos artigos 226 e 228 do CPC.		

Tarefa	Quantidade de processos	Processo mais antigo na tarefa desde
Recebimento e Remessa	12	23/04/2026
Observações: identifica-se o represamento de processos no agrupador Recebimento e Remessa, o mais antigo há mais de 3 meses.		
Recomendações: recomenda-se a análise e o prosseguimento dos feitos represados no agrupador, para adequada tramitação dos processos.		

A análise da distribuição dos processos no Painel Global da 4ª Vara do Trabalho de Taquara, demonstra necessidade de melhor organização na alocação dos processos nas tarefas do Sistema PJe, a fim de promover a ordenação das providências pendentes de cumprimento e evitar represamentos e atrasos na tramitação dos feitos.

12.2 ESCANINHO DE PETIÇÕES

As petições pendentes de apreciação no escaninho da unidade no Sistema PJe, apresentaram no dia 31/07/2026, o quantitativo que segue.

Quantidade	Processo com petição mais antiga no escaninho	Desde
82	0020435-39.2021.5.04.0384	08/04/2026

Em consulta ao Sistema PJe, foi constatado o número de 82 petições não apreciadas no menu *Escaninho*, sendo que a petição mais antiga pendente de apreciação, data de 08/04/2026, conforme indicado na tabela acima.

Assim, resta demonstrada a necessidade de análise mais célere das petições protocoladas nos processos em tramitação na unidade, para observância dos prazos previstos nos artigos 226 e 228 do CPC.

12.3 ANÁLISE POR FASE PROCESSUAL

A análise da movimentação processual para apontamentos específicos, foi realizada no dia 29/07/2026, quando o acervo da Vara contava com 1012 processos em fase de conhecimento, 288



processos em fase de liquidação, 1253 processos em fase de execução e 9492 processos arquivados, sendo selecionados os seguintes.

CONHECIMENTO

1	Processo nº 0020161-02.2026.5.04.0384
Movimentação processual: processo na tarefa Aguardando Audiência, com audiência realizada em 28/04/2026, aguardando a apresentação do laudo pericial e a manifestação das partes, sem movimentação para a tarefa correspondente. Recomendação: <i>recomenda-se a revisão dos processos na tarefa Aguardando Audiência, a fim de que sejam mantidos somente os processos nos quais pendente unicamente o aguardo da solenidade já designada no processo e no sistema PJe. Os demais processos deverão ser movimentados para as tarefas específicas, a exemplo da tarefa Cumprimento de Providências.</i>	
2	Processo nº 0020255-47.2026.5.04.0384
Movimentação processual: processo na tarefa Aguardando Audiência, com audiência já realizada, aguardando prazo deferido na ata e sem movimentação para a tarefa correspondente. Recomendação: <i>recomenda-se a revisão dos processos na tarefa Aguardando Audiência, a fim de que sejam mantidos somente os processos nos quais pendente unicamente o aguardo da solenidade já designada no processo e no sistema PJe. Os demais processos deverão ser movimentados para as tarefas específicas, a exemplo da tarefa Cumprimento de Providências.</i>	
3	Processo nº 0020311-85.2023.5.04.0384
Movimentação processual: processo tramitando pelo rito sumaríssimo e que se encontra na tarefa Prazos Vencidos desde 06/03/2026. Determinação: <i>determina-se a revisão do processo e a conclusão ao(a) magistrado(a) para o regular prosseguimento do feito.</i>	

LIQUIDAÇÃO

1	Processo nº 0020352-47.2026.5.04.0384
Movimentação processual: processo mantido na tarefa Novos Processos desde 19/05/2026, sem movimentação pela unidade. Determinação: <i>determina-se o impulsionamento do feito.</i>	

EXECUÇÃO

1	Processo nº 0148100-45.2001.5.04.0382
Movimentação processual: processo tramitando sob o rito sumaríssimo e que se encontra na tarefa Prazos Vencidos desde 17/04/2026. Determinação: <i>determina-se a conclusão do processo ao(a) Magistrado(a), conforme o despacho de Id. 0c2bace.</i>	
2	Processo nº 0000907-97.2013.5.04.0384
Movimentação processual: processo na tarefa Cumprimento de Providências desde 26/05/2025, pendente de análise e movimentação pelo Juízo. Determinação: <i>determina-se a conclusão do processo ao(a) Magistrado(a), conforme o despacho de Id. 26d7dad.</i>	

ARQUIVADOS

1	Processo nº 0020348-83.2021.5.04.0384 Processo nº 0020339-58.2020.5.04.0384 Processo nº 0020207-25.2025.5.04.0384 Processo nº 0001704-10.2012.5.04.0384
Movimentação processual: processos selecionados por amostragem, alocados na tarefa "Arquivo", todos com certidão de arquivamento definitivo. Há aposição de GIGS de atividade com prazo vencido ou em curso. Determinação: <i>determina-se a revisão e análise dos processos pela Secretaria para eventual exclusão do GIGS de atividade</i>	



12.4 ANÁLISE DE PROCESSOS ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE

A tarefa “Arquivo - Chips: Arquivado Provisoriamente”, foi analisada no dia 23/07/2026, para exame dos processos arquivados provisoriamente pela 4ª Vara do Trabalho de Taquara. Há 119 processos Arquivados Provisoriamente entre 13/01/2020 e 19/12/2024.

Constata-se que a unidade não adota por completo, as diretrizes estabelecidas na Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, devendo haver a remessa ao Sobrestamento dos feitos que seriam destinados ao arquivo provisório.

Observa-se a aposição de GIGS para controle do prazo da prescrição intercorrente, em processos na tarefa Aguardando Final do Sobrestamento, sendo esta uma boa prática processual que se recomenda às unidades, como padrão para organização e controle dos processos.

Com relação à renovação de providências coercitivas e à pronúncia da prescrição intercorrente, recomenda-se a observância do disposto, respectivamente, nos artigos 120, inciso III, e 128 da CPCGJT.

Aliado ao exposto, nos processos com ordenação de remessa ao arquivo provisório, determina-se a observância das diretrizes estabelecidas na Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, conforme redação do Provimento nº 4/CGJT, de 26 de setembro de 2023, para remessa dos processos ao fluxo “Aguardando Final do Sobrestamento”, em lugar de Arquivar Provisoriamente, como já tem sido parcialmente realizado.

13 ROTINAS E PROCEDIMENTOS DE SECRETARIA

13.1 ORGANIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS TAREFAS

Segundo as informações prestadas pela Diretora de Secretaria, as atividades da unidade são ordenadas e distribuídas por carteira. Os processos são separados por final, sendo algumas atividades atribuídas a alguns servidores específicos, como alvarás, cartas precatórias, precatórios, RPV, etc. São atribuídas atividades e prazos pelo GIGS.

Os cumprimentos são controlados da seguinte maneira: semanalmente é verificado o painel da unidade, realizada a busca por CHIPS específicos e tarefas, bem como pelo uso do filtro criado no maisPJe para busca dos finais de cada servidor responsável.

Com relação ao questionamento da Corregedoria, acerca do controle dos processos que estão sem responsável ou sem prazo, refere que é utilizado o filtro criado no +PJe, para busca do final atribuído para cada servidor responsável.

No que tange ao atendimento ao público, refere que reduziu bastante a procura na modalidade presencial, ocorrendo com maior frequência por telefone (mais partes), e pelo balcão virtual (mais advogados).

Há servidora apta em Secretaria para a substituição do Secretário de Audiências, quando necessário.

Os plantões ficam sob a responsabilidade da Diretora e do seu Substituto (na impossibilidade daquela), em escala de uma semana para cada unidade do Foro.

13.2 EXPEDIÇÃO DE COMUNICAÇÕES E EXPEDIENTES

Segundo as informações prestadas pela Diretora de Secretaria, na data do preenchimento do questionário prévio à inspeção, havia 15 notificações e 2 ofícios pendentes de expedição. Existiam 4 mandados, nenhuma autorização judicial, um precatório e uma requisição de pequeno valor a ser expedida.

O controle das guias de depósitos recebidas é realizado, usualmente, pelo escaninho da unidade e pelo retorno no SISBAJUD, quando os depósitos ficam vinculados ao SISCOJUD.

A média de dias para a expedição dos alvarás de pagamento na execução, daqueles referentes a acordos e aqueles para liberação de eventual saldo remanescente em favor da reclamada, é de 10 dias. O controle dos alvarás a serem expedidos é realizado através de CHIP “Expedir alvará”, enquanto o controle de alvarás expedidos é feito por CHIP “ALVARÁ – Conferir” e “ALVARÁ – Aguardar assinatura”.

No dia 29/07/2026, foi constatado o total de 145 processos com o prazo vencido, sendo o processo com data mais antiga de 06/03/2026, conforme indicado na tabela constante no item 12.1.



No dia 31/07/2026, foi constatado o total de 82 petições não apreciadas no menu *Escaninho*, sendo que a petição mais antiga pendente de apreciação, datava de 08/04/2026, conforme indicado na tabela constante no item 12.2.

Por ocasião da visita correcional, esclarece a Gestora que estavam examinando os processos com prazos vencidos, em média, há 30 (trinta) dias, havendo alguns com prazos vencidos há mais tempo, de análise mais complexa, e que dependem das diretrizes de entendimento da Magistrada Substituta designada há pouco tempo na unidade (a mesma estava em férias), em substituição à Titular convocada para atuar como Juíza Auxiliar no Gabinete da Vice-Presidência Institucional.

Em relação às petições protocoladas e ainda não apreciadas, disse que estão examinando no prazo médio de uma semana, havendo algumas mais antigas que necessitam ser alinhadas ao entendimento da Juíza Substituta designada.

13.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS (arts. 32, I, e 114 da CPCGJT)

Conforme informação da Diretora de Secretaria, a unidade judiciária observa a norma contida nos arts. 32, I, e 114, *caput*, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, que tratam do pronunciamento explícito nos autos, acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

A título de exemplo, em 23/07/2026 foi verificado pela Corregedoria, o pronunciamento do Juízo de 1º Grau sobre os pressupostos de admissibilidade recursal nos processos de nºs 0020287-86.2025.5.04.0384, 0020733-36.2018.5.04.0384, 0020704-39.2025.5.04.0384, 0020026-58.2024.5.04.0384 e 0020503-81.2024.5.04.0384.

A Diretora de Secretaria informa que antes de o feito ser remetido ao segundo grau, é realizada a conferência e/ou correção dos dados de autuação do processo no PJe, tais como classe processual, nomes das partes e polos da relação processual.

A remessa de processos ao Tribunal é realizada com frequência semanal.

13.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL – Item de exame e registro obrigatório (arts. 32, V, e 120, I, da CPCGJT)

Segundo informação da Diretora de Secretaria a Juíza, imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, ordena, de ofício, a pronta liberação deste em favor do credor.

13.5 PROCEDIMENTOS RELATIVOS À FASE DE EXECUÇÃO. ARQUIVAMENTO DEFINITIVO. SOBRESTAMENTO DE PROCESSOS (arts. 32, V, 120, III, e 128 da CPCGJT)

O arquivamento definitivo do processo de execução, é realizado após a liberação de todos os valores depositados aos respectivos beneficiários, entrega de documentos existentes em Secretaria e liberação das restrições efetuadas no curso da execução.

No caso de conciliação com previsão de pagamento parcelado, o arquivamento ocorre depois do cumprimento integral do parcelamento. Antes do arquivamento definitivo do processo judicial, dentre outras providências eventualmente necessárias, é verificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis vinculados ao mesmo processo. Da mesma forma, há verificação do levantamento de penhoras e restrições efetuadas no processo, previamente ao arquivamento definitivo do processo.

A Diretora informa que, atualmente, há aproximadamente 10 empresas com execuções reunidas nos processos que tramitam na unidade. Em relação a esses processos, relata que a unidade mantém ativo apenas o processo piloto e as demais execuções são sobrestadas.

A unidade observa o disposto no art. 128, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral, isto é, *antes de suspender o feito, para fins da prescrição intercorrente, intima o exequente com advertência expressa, e, durante o prazo da prescrição, suspende o processo com o uso do movimento “suspenso ou sobrestado o processo por prescrição intercorrente (código valor 12.259)”*. A Diretora informa que a Magistrada declara a prescrição intercorrente em hipóteses excepcionais.



Nos processos em que expedida certidão de créditos para habilitação em Juízo Falimentar ou de Recuperação Judicial, é observado o artigo 126, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, permanecendo o processo sobrestado.

Em se tratando de execução contra a Fazenda Pública, ao ser expedido o precatório, é observado o disposto no art. 187-A, § 3º, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional, ficando o processo sobrestado. Em caso de requisições de pequeno valor vencidas, a unidade efetua o sequestro dos valores.

Os processos sobrestados, de acordo com a Gestora, são controlados e revisados conforme vencimento dos prazos lançados no GIGS, sendo revisados pelos servidores responsáveis, designados pelos dígitos finais dos processos e, também, por ocasião da autoinspeção anual.

13.6 GESTÃO DOCUMENTAL

Considerando que o Provimento Conjunto nº 03/2025, da Presidência e desta Corregedoria Regional, passou a incluir a Gestão Documental entre os temas que são objeto de análise nas inspeções correcionais no 1º Grau de jurisdição, a fim de garantir a efetividade das ações de gestão da documentação e promoção do seu adequado tratamento e descarte, a Diretora informa que há solicitação de eliminação de documentos administrativos em andamento. Não foi atribuído selo histórico a processos no ano correccionado, aduzindo que não foi observado processo que demandasse tal distinção. Os processos arquivados estão em sala própria aos cuidados da DCDF.

13.7 FERRAMENTAS ELETRÔNICAS E UTILIZAÇÃO DOS CONVÊNIOS DISPONÍVEIS (arts. 29, III, e 32, V, da CPGJT)

No que tange às ferramentas disponíveis, a unidade realiza o monitoramento de seus índices e/ou acervo (incidentes pendentes), por meio do painel disponível, e tem à disposição todos os convênios firmados pelo Tribunal Regional. Utilizam o painel Gestão de pautas, como meio de auxiliar no gerenciamento de acervos de processos em instrução.

Informa a Diretora que utilizam o robô GAEL, como ferramenta para o registro dos dados dos alvarás judiciais nos processos, bem como para ciência aos beneficiários. Confirma a utilização da ferramenta PEPE (pesquisas automatizadas), bem como da ferramenta e-Carteiro, para juntada dos registros de cumprimento/devolução das intimações/citações postais nos processos.

Refere que há alguma dificuldade na utilização de novas versões das ferramentas e convênios até colocar em pleno funcionamento, observando, por exemplo, que o RENAJD tem duas versões e tem que verificar qual das duas deve ser utilizada para cada situação.

Na unidade correccionada, a realização da pesquisa patrimonial é feita por servidor da Vara. Em caso de expedição de mandado, há prévia consulta da certidão de pesquisa patrimonial (certidão de execução frustrada) na FAE. Nas execuções, uma vez expropriados todos os bens e efetuados os pagamentos possíveis, havendo crédito remanescente, é lançado o saldo disponível no sistema e-Garimpo.

Relativamente ao Sistema GPrec, a Diretora relata que a unidade registra as datas de recebimento/ciência da Requisição de Pequeno Valor pela Fazenda Pública e do termo final para pagamento, com periodicidade média de 60 dias. A unidade informa que registra os pagamentos das RPVs no Sistema GPrec. Em caso de anulação da RPV ou do precatório, a unidade realiza o cancelamento da requisição respectiva no GPrec. Os registros de prazos, pagamentos e cancelamentos das requisições de pagamento à Fazenda Pública (RPVs e precatórios), foram analisados pela Corregedoria no dia 23/07/2025, para exame da conformidade dos dados inseridos no Sistema GPrec pela unidade Judiciária. Para tal exame, são observados os registros da requisição no GPrec, bem como os documentos do processo eletrônico respectivo no PJe, além das informações compiladas no [link https://dados.trt4.jus.br/extensions/rpvs-interno/rpvs-interno.html](https://dados.trt4.jus.br/extensions/rpvs-interno/rpvs-interno.html).

A análise dos painéis da unidade demonstra que não há pendência no Sistema GPrec, dos registros de data de recebimento e data de vencimento das requisições, ou pendência nos registros de pagamentos dos valores requisitados.



13.7.1 WIKI-VT – Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em 1ª Instância (art. 32, VI, da CPGJT)

Com relação à ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em 1ª Instância (WIKI-VT), que se trata de uma ferramenta de gestão de conhecimento que descreve e orienta as rotinas de secretaria das Varas do Trabalho, disponível para consulta diária pelo endereço respectivo (https://fluxonacional.jt.jus.br/index.php/P%C3%A1gina_principal), a Diretora refere que duas servidoras da unidade solicitaram o acesso ao sistema, mas ainda não foi disponibilizado o acesso.

13.8 PROCEDIMENTOS RELATIVOS AO BNDT

O Art. 883-A da CLT, dispõe que *A decisão judicial transitada em julgado somente poderá ser levada a protesto, gerar inscrição do nome do executado em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), nos termos da lei, depois de transcorrido o prazo de quarenta e cinco dias a contar da citação do executado, se não houver garantia do juízo.*

Segundo a Diretora de Secretaria, a unidade aplica a nova disposição da CLT, pois a inscrição no BNDT ocorre, não havendo pagamento da dívida, após a utilização do sistema de bloqueio de valores, quando já decorridos 45 (quarenta e cinco) dias da data da citação, enquanto a exclusão é efetuada quando identificada a quitação da dívida.

Como forma de monitorar eventuais inscrições indevidas no BNDT, a unidade informa que realiza consulta nos Relatórios Gerenciais do PJe mensalmente.

Nos termos do art. 2º, do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27/12/2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), devem ser realizados com prioridade pelas unidades judiciárias.

Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 4ª Vara do Trabalho de Taquara, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 08/07/2026; dessa consulta, constatou-se não haver processos com execução encerrada e devedores ainda inscritos no BNDT.

13.9 REGISTROS NOS SISTEMAS INFORMATIZADOS

13.9.1 Lançamentos de incidentes processuais pela Secretaria

Em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, menciona a Diretora que são verificados com frequência semanal. Contudo, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses, sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão, conforme apontados no rol exaustivo do quadro abaixo.

Processo	Data	Tipo de Incidente
0020185-64.2025.5.04.0384	02/04/2025	Tutelas Provisórias Pendentes
0020272-20.2025.5.04.0384	05/01/2026	Tutelas Provisórias Pendentes
0020208-78.2023.5.04.0384	08/11/2024	Embargos de declaração pendentes
0020434-25.2019.5.04.0384	03/12/2024	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020052-02.2023.5.04.0381	29/01/2025	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020471-52.2019.5.04.0384	20/05/2025	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020568-13.2023.5.04.0384	03/06/2025	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0001932-82.2012.5.04.0384	23/07/2025	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0065200-66.2005.5.04.0381	05/09/2025	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020338-73.2020.5.04.0384	17/11/2025	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes
0020903-76.2016.5.04.0384	19/11/2025	Incidentes na Liquidação/Execução pendentes

(Fonte: consulta ao Sistema e-Gestão em 08/07/2026)



13.9.2 Lançamentos de valores pagos no período avaliado

13.9.2.1 Valores pagos aos reclamantes

Procedência	01/07/2025 a 30/06/2026	%
Decorrentes de Execução	R\$ 12.195.927,02	63,72%
Decorrentes de Acordo	R\$ 6.549.639,04	34,22%
Decorrentes de Pagamento Espontâneo	R\$ 395.550,15	2,07%
TOTAL	R\$ 19.141.116,21	100,00%

(Fonte: consulta ao Sistema e-Gestão em 08/07/2026)

13.9.2.2 Valores diversos

Classificação	01/07/2025 a 30/06/2026	%
Custas Processuais e emolumentos	R\$ 291.951,46	9,98%
Contribuição Previdenciária arrecadada	R\$ 2.460.797,18	84,13%
Imposto de renda arrecadado	R\$ 172.418,10	5,89%
Multas aplicadas por órgão de fiscalização das relações de trabalho	R\$0,00	0,00%
TOTAL	R\$ 2.925.166,74	100,00%

(Fonte: consulta ao Sistema e-Gestão em 08/07/2026)

13.9.3 Registros pendentes no Sistema INFOR

13.9.3.1 Processos em carga aos advogados com prazo vencido há mais de dez dias

Conforme consulta ao Sistema INFOR em 23/07/2026, não constaram autos em carga com prazo vencido aos advogados há mais de 10 dias.

13.9.3.2 Processos em carga aos peritos com prazo vencido há mais de dez dias

Conforme consulta ao Sistema INFOR em 23/07/2026, não constaram autos em carga com prazo vencido aos peritos há mais de 10 dias.

13.9.4 Registros de mandados

13.9.4.1 Mandados em aberto com prazo de cumprimento vencido

O prazo legal para cumprimento de mandados pelos oficiais de justiça avaliadores, é de nove dias (§2º, do art. 721 da CLT), ampliado para dez dias nos casos de avaliação (§3º, do art. 721, c/c o *caput* do art. 888, ambos da CLT). Considerando a impossibilidade de apuração de quais mandados envolvem atos de avaliação, haja vista a ausência de classificação das diligências na atual versão do Sistema PJe-JT, foram considerados devolvidos com atraso todos os mandados devolvidos com mais de dez dias úteis a contar da data da sua expedição.

O Provimento nº 294/2025, da Corregedoria Regional, no art. 17, estabeleceu prazo de sessenta dias para o cumprimento das diligências de pesquisa, penhora e avaliação de bens, prazo que será considerado nesses tipos de mandados.

Por meio de consulta ao Sistema informatizado PJe-JT, realizada no dia 08/07/2026, foi constatada a existência de 45 mandados sem registro de cumprimento no prazo, conforme listagem abaixo.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

MANDADOS EM ABERTO					
	Nº Processo	Data da Expedição	Destino do Mandado	Tipo de mandado	Dias úteis
1	0020115-91.2018.5.04.0384	09/09/2025	Central de Mandados de Taquara	Mandado	195
2	0020211-04.2021.5.04.0384	13/10/2025	Central de Mandados de Taquara	Citação	171
3	0020214-51.2024.5.04.0384	10/12/2025	Central de Mandados de Taquara	Mandado	132
4	0001099-30.2013.5.04.0384	11/12/2025	Central de Mandados de Taquara	Mandado	131
5	0007800-09.1996.5.04.0382	18/12/2025	Central de Mandados de Taquara	Mandado	126
6	0020007-86.2023.5.04.0384	25/02/2026	Central de Mandados de Taquara	Mandado	90
7	0020086-94.2025.5.04.0384	02/03/2026	Central de Mandados de Taquara	Mandado	87
8	0020784-03.2025.5.04.0384	04/03/2026	Central de Mandados de Taquara	Mandado	85
9	0172200-22.2005.5.04.0383	31/03/2026	Central de Mandados de Taquara	Mandado	66
10	0020898-49.2019.5.04.0384	29/04/2026	Central de Mandados de Taquara	Citação	49
11	0020580-61.2022.5.04.0384	20/05/2026	Central de Mandados de Porto Alegre	Mandado	35
12	0020857-24.2015.5.04.0384	25/05/2026	Central de Mandados de Taquara	Mandado	32
13	0020384-23.2024.5.04.0384	27/05/2026	Central de Mandados de Taquara	Mandado	30
14	0020605-69.2025.5.04.0384	27/05/2026	Central de Mandados de Porto Alegre	Mandado	30
15	0083000-10.2005.5.04.0381	29/05/2026	Central de Mandados de Taquara	Mandado	28
16	0001932-82.2012.5.04.0384	01/06/2026	Central de Mandados de Tramandaí	Mandado	27
17	0020060-62.2026.5.04.0384	01/06/2026	Central de Mandados de Taquara	Mandado	27
18	0020060-62.2026.5.04.0384	01/06/2026	Central de Mandados de Taquara	Mandado	27
19	0020060-62.2026.5.04.0384	01/06/2026	Central de Mandados de Taquara	Mandado	27
20	0020390-59.2026.5.04.0384	31/05/2026	Central de Mandados de Taquara	Mandado	27
21	0000723-44.2013.5.04.0384	02/06/2026	Central de Mandados de Taquara	Intimação / Notificação	26
22	0020089-15.2026.5.04.0384	08/06/2026	Central de Mandados de Taquara	Mandado	23
23	0020147-18.2026.5.04.0384	08/06/2026	Central de Mandados de Taquara	Mandado	23
24	0020218-20.2026.5.04.0384	08/06/2026	Central de Mandados de Novo Hamburgo	Mandado	23
25	0020285-82.2026.5.04.0384	08/06/2026	Central de Mandados de Taquara	Mandado	23
26	0020688-85.2025.5.04.0384	08/06/2026	Central de Mandados de Taquara	Mandado	23
27	0020688-85.2025.5.04.0384	08/06/2026	Central de Mandados de Taquara	Mandado	23
28	0020271-98.2026.5.04.0384	11/06/2026	Central de Mandados de Taquara	Mandado	20
29	0020346-40.2026.5.04.0384	11/06/2026	Central de Mandados de Taquara	Mandado	20
30	0020346-40.2026.5.04.0384	11/06/2026	Central de Mandados de Taquara	Mandado	20
31	0020348-10.2026.5.04.0384	11/06/2026	Central de Mandados de Taquara	Mandado	20
32	0020348-10.2026.5.04.0384	11/06/2026	Central de Mandados de Taquara	Mandado	20
33	0020362-91.2026.5.04.0384	11/06/2026	Central de Mandados de Taquara	Mandado	20
34	0020418-27.2026.5.04.0384	11/06/2026	Central de Mandados de Taquara	Mandado	20
35	0020431-26.2026.5.04.0384	11/06/2026	Central de Mandados de Taquara	Mandado	20
36	0021251-94.2016.5.04.0384	12/06/2026	Central de Mandados de Taquara	Mandado	19
37	0021251-94.2016.5.04.0384	12/06/2026	Central de Mandados de Taquara	Mandado	19



38	0021251-94.2016.5.04.0384	12/06/2026	Central de Mandados de Taquara	Mandado	19
39	0021251-94.2016.5.04.0384	12/06/2026	Central de Mandados de Taquara	Mandado	19
40	0212800-85.2005.5.04.0383	12/06/2026	Central de Mandados de Farroupilha	Mandado	19
41	0020275-38.2026.5.04.0384	15/06/2026	Central de Mandados de Taquara	Mandado	18
42	0020304-88.2026.5.04.0384	15/06/2026	Central de Mandados de Taquara	Mandado	18
43	0020318-72.2026.5.04.0384	15/06/2026	Central de Mandados de Taquara	Mandado	18
44	0020318-72.2026.5.04.0384	15/06/2026	Central de Mandados de Taquara	Mandado	18
45	0135700-46.1994.5.04.0381	15/06/2026	Central de Mandados de São Gabriel	Mandado	18

(Fonte: consulta ao Sistema PJe-JT em 08/07/2026)

14 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme consulta ao cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a unidade judiciária não contou com a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário/SAT, nem prestou atendimento via SAT, nos últimos 24 meses.

15 PROJETO GARIMPO (art. 32, V, da CPCGJT)

Por força do Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT nº 1, de 14 de fevereiro de 2019, foi implementado neste Regional o Projeto Garimpo, para definição dos procedimentos sobre a liberação de valores, bem como para gestão de saldos remanescentes em processos judiciais.

O tratamento de depósitos existentes em contas judiciais ativas, quando vinculadas a processos arquivados definitivamente até 14/02/2019, é de responsabilidade da Corregedoria Geral, por meio do Juízo Auxiliar de Execução (JAE). Com relação aos processos arquivados definitivamente após essa data, a responsabilidade é de cada unidade judiciária, nos termos do artigo 2º, do Provimento nº 284/2022.

A análise do painel criado para gerenciamento desses processos - Sistema Garimpo, realizada em 03/07/2026, evidencia a existência de saldo ativo em 163 processos arquivados após 14/02/2019, vinculados à 4ª Vara do Trabalho de Taquara; destes, vinte processos possuem saldo igual ou inferior a R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), e 143 possuem saldo superior a esse valor.

Conforme comunicação enviada às unidades judiciárias pela Corregedoria Regional em 13 de março de 2025 (Assunto: disponibilização do Sistema Garimpo – consulta a depósitos judiciais vinculados a processos arquivados definitivamente), os depósitos com saldo de até R\$ 150,00, vinculados a processos arquivados definitivamente, serão tratados pela Corregedoria Regional, inclusive aqueles relativos a processos arquivados após 14/02/2019.

Naqueles processos em que verificado saldo ativo superior a R\$ 150,00, o tratamento dos depósitos é de responsabilidade das unidades judiciárias.

No aspecto, relata a Gestora que estão trabalhando gradualmente nos processos sob a responsabilidade da unidade, estimando que já fizeram em torno de 20% (vinte por cento).

16 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

A 4ª Vara do Trabalho de Taquara, considerando o Índice Nacional de Gestão do Desempenho do Trabalho - IGEST, no período de 01/07/2024 a 30/06/2025, alcançou a 15ª classificação geral no âmbito deste Tribunal Regional e a nível nacional, está na posição 702, de 1.570 Varas do Trabalho. A unidade judiciária, a qual apresentou nos últimos três anos (2023 a 2025), uma média de 1.218,33 casos novos por ano, se enquadra no agrupamento nº 4 (unidades localizadas no interior do Estado, com movimentação anual entre 1.001 e 1.500 processos).

Em relação aos casos novos, casos solucionados e produtividade, os dados indicam que a unidade apresentou queda nos seus índices de produtividade. Em 2024, a produtividade foi de 115,75%, e em 2025 registrou 89,20%, enquanto os indicadores das unidades do agrupamento foram de 99,34% em 2024, e de 96,74% em 2025.



No tocante ao congestionamento na fase de conhecimento, o indicador passou de 32,30% em 2024, para 37,08% em 2025, enquanto a média do agrupamento foi de 38,44% em 2024, e 37,43% em 2025. O congestionamento na fase de cumprimento de sentença e execução de título extrajudicial, aumentou de 68,29% em 2024, para 71,22% em 2025, acima da média no agrupamento, que foi de 68,23% em 2024, e 66,72% em 2025.

O número de audiências realizadas diminuiu de 903 em 2024, para 756 em 2025, agora abaixo da média no agrupamento (792 e 907, respectivamente). O número de prosseguimentos de audiências também diminuiu, de 315 em 2024, para 275 em 2025, também abaixo da média no agrupamento (327 em 2024, e 364 em 2025).

Quanto ao número de sentenças e acordos homologados na fase de conhecimento, a unidade somou 654 em 2024, e 677 em 2025, e os números do agrupamento foram de 667 e 760, respectivamente.

No período de 01/07/2025 a 30/06/2026, foram prolatadas 15 sentenças líquidas, 13 delas pela Juíza Titular, Aline Doral Stefani Fagundes, e duas delas pelo Juiz Substituto (lotado até 31/12/2025), Charles Lopes Kuhn, enquanto a média no agrupamento foi de 16.

O acervo da unidade passou de 2.202 em 2024, para 2.239 em 2025, e o acervo médio no agrupamento foi de 2.121 em 2024, e de 2.191 em 2025.

A idade média dos processos em instrução diminuiu nos processos com rito Sumaríssimo (de 147 em 2024, para 118 em 2025), e nos demais ritos (de 173 para 130). Os valores foram melhores do que a média do agrupamento em 2025.

O prazo médio do início à extinção da execução, aumentou em relação aos entes privados (de 1.072 em 2024, para 1.248 em 2025), e em relação a entes públicos (de 804 para 853), mas os valores da unidade foram melhores do que os do agrupamento.

O prazo médio do ajuizamento ao arquivamento definitivo, diminuiu nos processos com rito sumaríssimo (de 618 em 2024, para 595 em 2025), abaixo da média no agrupamento (751 em 2024, e 759 em 2025). Por outro lado, o prazo médio aumentou nos demais ritos (de 1.325 para 1.419), permanecendo acima da média no agrupamento (1.254 em 2024, e 1.342 em 2025).

A análise da distribuição dos processos no Painel Global da 4ª Vara do Trabalho de Taquara, demonstra necessidade de melhor organização na alocação dos processos nas tarefas do Sistema PJe, na forma das recomendações no item 12.1, a fim de promover a ordenação das providências pendentes de cumprimento e evitar represamentos e atrasos na tramitação dos feitos.

Em visita correcional, a Diretora refere que estão em período de adaptação em razão da troca de dois servidores, bem como em relação aos entendimentos da Juíza Substituta designada.

Na hipótese de impedimento ou suspeição do Juiz, a unidade observa o art. 30, da Consolidação de Provimentos da Corregedoria Regional. No caso de desconsideração da personalidade jurídica, a unidade observa o disposto nos arts. 97 a 102, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

Havendo conexão ou continência, disse a Gestora, em questionário prévio à inspeção presencial, que não é observado o disposto no art. 122, da Consolidação de Provimentos da Corregedoria Regional (Provimento nº 267/2019). Esclareceu, em entrevista presencial, que os pedidos decorrentes de acidente e ou doença, tramitam em um processo e as demais verbas trabalhistas em outro processo, mas que tramitam de forma concomitante.

O quadro de servidores está completo, não havendo demandas a respeito.

Menciona que quando há cancelamento de perícias, a informação não fica disponível no painel dos peritos, sequer como cancelada.

Relata problemas no PJe-Calc, pois tem que trabalhar com muitas soluções de contorno, e solicita seja estudada/disponibilizada uma certidão de cálculos mais objetiva.



17 RECOMENDAÇÕES

17.1 AOS JUÍZES

Reconhecimento de conduta culposa do empregador em acidentes do trabalho: recomenda-se às Juízas e aos Juízes, que observem os procedimentos previstos no Ato Conjunto TST.CSJT.GP.CGJT nº 4, de 23 de janeiro de 2025, que dispõe sobre os procedimentos que visam comunicar à Advocacia-Geral da União (AGU), no caso de decisão transitada em julgado em que se reconheça a conduta culposa do empregador em acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de Ação Regressiva, nos termos do art. 120, da Lei nº 8.213/1991. O referido Ato também revoga a Recomendação Conjunta GP.CGJT n.º 2, de 28 de outubro de 2011.

Prática que configure assédio eleitoral: recomenda-se às Juízas e aos Juízes, que observem o cumprimento do quanto previsto no art. 6º, *caput*, da Resolução CSJT 355/2023: *Havendo, nos autos de processo trabalhista, indícios de prática que, em tese, configure crime eleitoral, o magistrado deverá comunicar à autoridade competente para a persecução criminal cabível*. O PJe disponibiliza o assunto “15236 – Assédio Eleitoral” para o uso no processo judicial.

Litigância predatória reconhecida em sentença: recomenda-se às Juízas e aos Juízes, que nos processos em que proferida sentença, cuja fundamentação reconheça a prática de litigância predatória, utilizem no sistema PJe, a ferramenta GIGS (Gestão Interna de Gabinete e Secretaria), para cadastramento da atividade *Litigância predatória reconhecida em sentença*, e quando constatada apenas a existência de indícios de litigância predatória, cadastrem a atividade *Indícios de litigância predatória*, na forma da Recomendação Conjunta GP.GCR.TRT4 N° 01, de 03 de setembro de 2024.

Conciliação: considerando que os dados apurados em Correição Geral no ano de 2025, revelaram aumento do percentual conciliatório, posicionando-se no mesmo nível dos demais Tribunais Regionais do Trabalho do mesmo porte e da média nacional, recomenda-se aos Juízes que continuem atentando à importância de fomentar a solução de processos por meio da conciliação, mantendo o bom desempenho verificado.

Demandas extintas sem julgamento do mérito: recomenda-se aos Juízes que ao extinguirem processos, sem julgamento do mérito, observem as diretrizes do Provimento nº 5/GCGJT, de 19 de dezembro de 2024, especialmente o percentual de extinções em relação ao total de demandas solucionadas, conforme estabelecido em seu artigo 3º.

Metas do CNJ para a Justiça do Trabalho 2026: recomenda-se a observância das metas estabelecidas pelo CNJ para o presente ano.

Meta 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos de 20/12/2025 a 19/12/2026, excluídos os sobrestados de 20/12/2025 a 19/12/2026.

Meta 2 - Identificar e julgar até 31/12/2026, desconsiderados os processos que estiverem suspensos ao final de 2026 ou que forem dessobrestados durante o ano de 2026, pelo menos 94% dos processos distribuídos até 31/12/2024 nos 1º e 2º graus e 99% dos processos pendentes de julgamento há 5 anos (2021) ou mais,

Meta 3 - Aumentar o índice de conciliação em 0,5 ponto percentual à média do biênio 2023/2024 ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação.

Meta 5 - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2025, ou alcançar taxas de, no máximo, 40% na fase de conhecimento e 45% na fase de execução.

Meta CNJ 1/2026: recomenda-se que sejam adotadas as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando que os dados parciais apurados até 08/07/2026 apontam para tendência de descumprimento no presente ano (Item 11.2.1).

Sinala-se por relevante, que a meta correspondente do ano de 2025 foi devidamente cumprida pela unidade judiciária (Item 11.1.1).



Meta CNJ 5/2026: recomenda-se que sejam empreendidos esforços para reduzir a taxa de congestionamento líquida neste ano, de forma a atingir a referida meta, considerando que os dados parciais apurados até 31/05/2026 apontam para tendência de descumprimento no presente ano (Item 11.2.4). Sinala-se, por relevante, que a meta correspondente do ano de 2025 foi devidamente cumprida pela unidade judiciária (Item 11.1.4).

17.2 À SECRETARIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA

Acompanhamento de painéis: recomenda-se que os Gestores realizem acompanhamento mensal dos incidentes pendentes, mediante consulta ao Painel da unidade no [link https://dados.trt4.jus.br/extensions/1G/1G.html](https://dados.trt4.jus.br/extensions/1G/1G.html), realizando baixas e correções de movimentos em embargos de declaração, incidentes de execução e tutelas provisórias.

Plataforma WikiVT: recomenda-se à unidade o cadastramento de pelo menos um servidor pelo [link Cadastramento WikiVT \(https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSd2iYNcrsG0OPK6200p-TjNZRU7ixFSchl33BtWHuAEHbx7JA/viewform\)](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSd2iYNcrsG0OPK6200p-TjNZRU7ixFSchl33BtWHuAEHbx7JA/viewform), e o uso regular da plataforma, nos termos do inciso VI, do artigo 32 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral de 2023 (Item 13.7.1).

Revisão de processos em execução arquivados provisoriamente: para observância do art. 120, III, da CPC/GJT, recomenda-se que as unidades estabeleçam como rotina, a revisão periódica dos processos em execução arquivados provisoriamente, a fim de renovar providências coercitivas por meio da utilização dos Convênios disponibilizados pelo Tribunal Regional. Os convênios e suas informações detalhadas, bem como os respectivos formulários de cadastramento, podem ser acessados na aba SISTEMAS – CONVÊNIOS do Portal VOX.

Sobrestamento de processos. Precedentes Jurisprudenciais: recomenda-se que as unidades, assim que comunicadas pela Secretaria de Estratégia Judiciária, a respeito do término do motivo que justificaram o sobrestamento dos processos (julgamento de IRDRs ou de Temas Repetitivos do STF), realizem a revisão das suspensões correspondentes, a fim de dar prosseguimento aos feitos. Alerta-se às unidades, de qualquer modo, sobre a possibilidade de consulta no PANGEA para monitorar os sobrestamentos, bem como de acompanhamento dos processos e dos motivos da suspensão no *Relatório Gerencial de Processos Sobrestados* no PJe.

Cadastramento de assuntos: recomenda-se às unidades judiciárias que orientem os advogados a indicarem no PJe, todos os assuntos de que tratam as ações ajuizadas.

PJe – Painel Global da Unidade no Sistema PJe: recomenda-se à unidade judiciária:

- a) cumprir as recomendações lançadas ao final da análise de cada uma das tarefas do Painel Global da unidade no PJe, na forma do Item 12.1 – Tarefas do Painel Global;
- b) cumprir as recomendações lançadas na análise de processos examinados por amostragem, na forma do item 12.3 Análise por Fase Processual;
- c) cumprir as recomendações constantes do item 12.4 – Análise de Processos Arquivados Provisoriamente.

Painel Gestão de Pauta: recomenda-se a utilização do painel Gestão de Pautas, (<https://dados.trt4.jus.br/extensions/GPauta-interno/GPauta-interno.html>), como meio de auxiliar no gerenciamento de acervos de processos em instrução, com priorização daqueles processos que integram a Meta 2/2025.

18 DETERMINAÇÕES E DETERMINAÇÕES REITERADAS

Após a análise das determinações decorrentes da Correição anterior, realizada em 24/06/2025, verificou-se que as medidas listadas abaixo podem ter sido parcialmente atendidas, ou não foram cumpridas. Diante disso, serão reiteradas para o devido cumprimento.



18.1 AOS JUÍZES

Processos conclusos para sentença com prazo legal excedido: determina-se à Juíza Substituta Lúcia Rodrigues de Matos, que profira sentença nos processos indicados no item 7.3, cujo prazo legal está excedido, à exceção daqueles em que proferida sentença entre a data da inspeção e do encerramento do relatório.

18.2. À SECRETARIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA

Servidores em teletrabalho: determina-se à unidade judiciária que formalize o teletrabalho da servidora Carine Vieira Braier, que está prestando suas atividades nessa condição, nos termos da Portaria nº 4.650/2016.

PJe – Painel Global da unidade no Sistema PJe: determina-se à unidade judiciária:

- a) cumprir as determinações lançadas na análise dos processos examinados por amostragem no item 12.3 – Análise por Fase Processual;
- b) cumprir a determinação constante do item 12.4 – Análise de Processos Arquivados Provisoriamente;
- c) observar a pontualidade na revisão do Escaninho – Petições não apreciadas (item 12.2 – Escaninho de Petições), para cumprimento dos atos processuais e das conclusões ao(à) Magistrado(a) nos prazos previstos nos artigos 226 e 228 do CPC;

Lançamento de incidentes processuais pela Secretaria: reitera-se que a unidade judiciária faça um levantamento das inconsistências nos movimentos processuais relativos aos incidentes processuais em todos os processos listados, devendo encaminhar relatório das correções realizadas pela Corregedoria, quando da resposta ao Relatório de Inspeção Correcional (Item 13.9.1).

Lançamento de valores pagos no período avaliado: a Secretaria deve continuar lançando no *controle de valores* dos sistemas informatizados, todos os valores pagos aos reclamantes, bem como os relativos a contribuições previdenciárias, contribuições fiscais, emolumentos e custas processuais, tanto os informados pelas partes, como aqueles verificados através de expedição de guias de retirada/alvarás, a fim de que as informações, extraídas do e-Gestão, reflitam a realidade dos valores transitados na unidade judiciária (Item 13.9.2).

Mandados em aberto com prazo de cumprimento vencido: reitera-se a cobrança dos mandados (devolução ou justificativa) com prazo de cumprimento excedido (Item 13.9.4.1).

Modificação da competência: reitera-se a observância ao art. 122, § 1º, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional (item 16).

Projeto Garimpo: verificada a existência de processos arquivados definitivamente, com saldo em conta ativa superior a R\$ 150,00, conforme apontado no item 15, reitera-se à unidade judiciária que adote providências para a conferência dos respectivos valores dos processos listados na ferramenta de consulta disponibilizada pela SEATECO (conforme comunicação enviada às unidades em 13 de março de 2025), e apresente cronograma para regularização dessas pendências, informando no prazo de resposta da presente ata, as medidas adotadas para a solução dos casos identificados.

18.3 RELACIONADAS ÀS OUTRAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS

Determina-se que a Divisão de Correções dê ciência à Diretoria-Geral, da seguinte demanda relatada pela Diretora de Secretaria: problemas de infiltração, goteiras e rachaduras já identificadas no prédio e que rotineiramente exigem atenção, especialmente o gabinete da magistrada que atua nesta unidade.



Determina-se que a Divisão de Correições dê ciência à SEATECO, que: 1) tem sido identificadas dificuldades para acesso a alguns sistemas, o que vem retardando o cumprimento de despachos/decisões, seja por instabilidade na *internet*, ou por problemas dos próprios sistemas, como por exemplo PREVJUD, RENAJUD e GPrec. Também geram atraso no cumprimento das determinações judiciais, problemas existentes nos sistemas da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. 2) que quando há cancelamento de perícias, a informação não fica disponível no painel dos peritos, sequer como cancelada; 3) que há problemas no PJe-Calc, pois tem que trabalhar com muitas soluções de contorno, e solicita seja estudada/disponibilizada uma certidão de cálculos mais objetiva.

19 PROPOSTAS

Boas Práticas: propõe-se aos Gestores empreender esforços para a implantação de ações de boas práticas em conjunto com os servidores, de modo a promover procedimentos inovadores que possam ser compartilhados com as demais unidades judiciárias deste Regional. Essas ações visam fortalecer a produtividade, promover um bom clima organizacional, aprimorar os processos internos e otimizar a prestação jurisdicional.

Participação em eventos/cursos voltados à conciliação e à mediação: concita-se à participação contínua em eventos e cursos de capacitação, com especial atenção àqueles voltados à conciliação e mediação e aos cursos oferecidos pela Escola Judicial deste Tribunal.

Políticas afirmativas: com o objetivo de promover uma atuação preventiva e pedagógica, fundamentada nas diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), e demais normas vigentes, propõe-se uma parceria voltada ao fortalecimento de políticas afirmativas, abrangendo a implementação de protocolos para julgamento com perspectiva de gênero e raça, processos envolvendo povos indígenas e a população LGBTI+, além de diretrizes para o atendimento de pessoas com deficiência, idosas e em situação de rua. O foco estende-se também à prevenção ao assédio moral e sexual, e ao combate à discriminação no Poder Judiciário. Acreditamos que essa colaboração será fundamental para promover uma Justiça Social mais abrangente, humanizada, inclusiva e inovadora.

Sustentabilidade/Responsabilidade Socioambiental: considerando a Diretriz Estratégica nº 9/2024, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a implementação e o estímulo a ações de sustentabilidade no âmbito das Corregedorias, propõe-se a participação de todos em iniciativas voltadas à qualidade de vida e à promoção de práticas sustentáveis nessa unidade. O objetivo é a atuação dos atores como multiplicadores de reflexões e ações pautadas na Resolução CNJ nº 400/2021, com foco em redução do volume de impressões; uso consciente de energia elétrica e água; substituição de copos descartáveis; destinação correta de papel para reciclagem, dentre outras ações. Tais medidas buscam consolidar uma atuação ambientalmente correta, economicamente viável e socialmente inclusiva, em conformidade com as diretrizes de desenvolvimento sustentável do Poder Judiciário.

20 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da Inspeção Correcional Ordinária e ao contato direto com a Juíza Substituta designada, a Diretora de Secretaria e os demais servidores presentes na unidade judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 4ª Vara do Trabalho de Taquara no dia 05/08/2026, das 11 horas às 11 horas e 30 minutos, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes às unidades judiciárias desse Foro. Não houve comparecimento de interessados.

21 PRAZO PARA RESPOSTA

A Diretora de Secretaria deverá cientificar os demais servidores lotados na unidade judiciária, das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo o prazo de 30



dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria, mediante o encaminhamento de ofício no formato *PDF* ao *e-mail* da Divisão de Correições da Corregedoria (correicao@trt4.jus.br), a ser juntado ao expediente PROAD, sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

22 AGRADECIMENTO E ENCERRAMENTO DA CORREIÇÃO

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Substituta designada, Lúcia Rodrigues de Matos, pela Diretora de Secretaria, Janaina Luíza Rypl Reis, e pelos demais servidores presentes na unidade judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Márcia Moraes Lindemayer, Assessora-chefe da Assessoria Jurídica da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional e encaminhado para publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho – DEJT – e no *site* do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Documento assinado digitalmente

MARIA MADALENA TELESCA

Desembargadora Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região